

DETERMINANTES DA DIVULGAÇÃO DA
RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA DAS
EMPRESAS IBÉRICAS NO PERÍODO DE 2017 A 2018

Cilauro das Neves Barreiros

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Contabilidade

Orientador:

Prof. Doutor Ilídio Tomás Lopes, Prof. Auxiliar, ISCTE Business School,
Departamento de Contabilidade

novembro 2019

Agradecimentos

A elaboração desta dissertação constituiu um objetivo pessoal cumprido com muito sacrifício, dedicação, foco, empenho e autodisciplina. Representa ainda o culminar de uma fase académica recheada de desafios, aprendizagem e evolução e, por outro lado, o início de uma nova etapa. Todavia, não seria possível sem o apoio de algumas pessoas que tiveram um contributo ímpar.

Por ser a pessoa mais importante da minha vida, quero agradecer à minha mãe pela motivação constante, apoio incondicional e oportunidades que me deu na vida. Uma guerreira, batalhadora, mas também um ser humano incrível, com visão para o futuro e pronta para celebrar as minhas conquistas, em quem vejo como um exemplo para mim. É a minha maior fonte de inspiração. Reconheço nela uma importância capital para a conclusão deste trabalho.

Um agradecimento especial ao meu orientador, Professor Doutor Ilídio Tomás Lopes, pela disponibilidade, apoio incansável, conselhos, dicas e por me incentivar a cumprir este objetivo de uma forma admirável. Um muito obrigado.

Aos meus amigos Filipe e Pedro, que sempre acreditaram em mim, nunca me deixaram desistir, deram conselhos nas situações de maior pressão e puxaram por mim em todos os momentos.

Por último, a toda a minha família e amigos, pela compreensão e apoio, por nunca duvidarem das minhas capacidades. É com muito orgulho que irei partilhar com eles as minhas conquistas.

Um dia espero colher os frutos da conclusão desta etapa e certamente será graças a todos os citados.

“The roots of education are bitter, but the fruit is sweet.”

Aristotle

Resumo

A Diretiva 2014/95/UE surgiu com o propósito de reforçar a coerência e comparabilidade da informação não financeira divulgada. Tendo em consideração que entrou em vigor recentemente, tem havido sucessivos apelos à investigação científica neste domínio, pelo que o presente trabalho constitui, portanto, uma resposta a este repto. O presente estudo tem como objetivo principal explorar quais as determinantes da divulgação de informação de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) das empresas Ibéricas. Através da análise de conteúdo, foi analisada uma amostra de 47 empresas para os anos de 2017 e 2018. Foi construído um Índice de divulgação de informação de RSC. Adotou-se um modelo de regressão linear múltipla para explicar a relação entre o índice de divulgação de informação de RSC e as diferentes características empresariais. Com base nos resultados obtidos, concluiu-se que as alterações no Conselho de Administração, a presença de mulheres no Conselho de Administração, acionista maioritário, dimensão da empresa e apresentar Relato Integrado são as principais determinantes na divulgação de informação de RSC. Adicionalmente, realçam-se as características diferenciadoras entre os dois países em análise, com destaque para o Relato Integrado. Esta variável, utilizada no estudo, constitui assim uma contribuição prática e original para a literatura existente.

Palavras-chave: Diretiva 2014/95/UE, Informação não financeira, Divulgação, Responsabilidade Social Corporativa “RSC”, Relato Integrado

JEL Classification System: M14, M40

Abstract

The European Directive 2014/95 arose with the purpose of enhancing the coherence and comparability of non-financial information disclosed. Given that it has entered into force recently, there have been successive calls for scientific research in this area, and the present work therefore constitutes a response to this challenge. This study aims to explore the determinants of Corporate Social Responsibility (CSR) information disclosure of Iberian companies. Through content analysis, a sample of 47 companies was analyzed for 2017 and 2018. A CSR information disclosure index was constructed. A multiple linear regression model was adopted to explain the relationship between the CSR information disclosure index and the different business characteristics. Based on the results obtained, we conclude that changes in the Board of Directors, the presence of women on the Board of Directors, majority shareholder, company size and presenting Integrated Reporting are the main determinants in the disclosure of CSR information. In addition, the differentiating characteristics between the two countries under analysis are emphasized, with highlight to the Integrated Reporting. This variable, used in the study, thus constitutes a practical and original contribution to the existing literature.

Keywords: Directive 2014/95 / EU, Non-Financial Information, Disclosure, Corporate Social Responsibility “CSR”, Integrated Reporting

JEL Classification System: M14, M40

Índice

Agradecimentos	I
Resumo	III
Abstract.....	IV
Abreviaturas.....	IX
Introdução.....	1
Pertinência da Temática.....	1
Tema de investigação.....	1
Capítulo 1: Enquadramento teórico.....	4
1.1. Relato da Informação não financeira	4
1.1.2. GRI	7
1.1.3. International Integrated Reporting Council – Relatório Integrado.....	8
1.1.4. ONU	11
1.1.5. OIT	11
1.1.6. ISO.....	12
1.2. Papel dos auditores na garantia e fiabilidade da Informação não financeira...	13
1.3. Diretiva 2014/95/UE, de 22 de outubro de 2014	14
1.3.1. Transposição em Portugal	17
1.3.2. Transposição em Espanha	17
Capítulo 2: Revisão de literatura	18
2.2. Divulgação da Informação	20
2.2.1. Teorias e Abordagens	20
2.2.2. Índices de Divulgação	23
2.2.3. Revisão de estudos empíricos sobre Divulgação de RSC e os seus fatores explicativos.....	25
Capítulo 3: Metodologia.....	28
3.1. Objetivos.....	28
3.2. Amostra.....	30

3.2.1. Justificação	30
3.2.2. Seleção	30
3.2.3. Critérios de exclusão	31
3.3. Recolha de dados	32
3.4. Modelo de Investigação	32
3.5. Definição das variáveis	35
3.6. Método de análise dos dados	37
3.7. Hipóteses de investigação	37
Capítulo 4: Resultados e Discussão	43
4.1. Análise Descritiva das variáveis	44
4.2. Medidas de associação – Coeficientes de correlação	47
4.2.1. Coeficiente de Spearman	48
4.2.2. Coeficiente de Pearson	49
4.3. Modelo de Regressão Linear	50
4.3.1. Validação do Modelo através dos pressupostos	51
4.3.2. R^2 Ajustado e Teste de auto correlação	52
4.3.3. Aderência global do modelo	54
4.4. Análise das hipóteses de investigação	55
4.5. Comparação de grupos independentes	58
4.5.1. Portugal e Espanha	59
4.5.2. Preparação do Relatório Integrado	60
Conclusões, considerações finais e sugestões de investigação futura	62
Referências Bibliográficas	65
Anexos	77
Anexo 1 - Grau de divulgação do Índice de RSC para empresas portuguesas	
Anexo 2 - Grau de divulgação do Índice de RSC para empresas espanholas	
Anexo 3 - Empresas excluídas da Amostra	
Anexo 4 – Dados recolhidos das variáveis explicativas para empresas portuguesas	
Anexo 5 – Dados recolhidos das variáveis explicativas para empresas espanholas	

Anexo 6 – Análises adicionais Estatísticas de Grupo de países

Anexo 7 – Análises adicionais Estatísticas de Grupo – Relato Integrado

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Objetivos dos estudos empíricos revistos, amostra, metodologia e teoria	28
Tabela 2: Principais critérios de divulgação de RSC no âmbito da Diretiva 2014/95/UE.....	34
Tabela 3: Variáveis de estudo utilizadas	36
Tabela 4: Classificação de Setores conforme o ICB	37
Tabela 5: Frequências das variáveis dummy	46
Tabela 6: Estatísticas descritivas das variáveis quantitativas	47
Tabela 7: Classificação da intensidade de relação	47
Tabela 8: ρ de Spearman	48
Tabela 9: ρ de Pearson	50
Tabela 10: Resultados do Modelo de Regressão Linear Múltipla	51
Tabela 11: Resumo do modelo de Regressão Linear	53
Tabela 12: Estatística dos resíduos	54
Tabela 13: Teste ANOVA	54
Tabela 14: Resumo das hipóteses de investigação formuladas	58
Tabela 15: Teste de Igualdade de variâncias e de Amostras Independes (Países)	60
Tabela 16: Teste de Igualdade de variâncias e de Amostras Independentes (Relatório Integrado)	61

Índice de Figuras

Figura 1: Restrições, armadilhas e soluções do relato não financeiro	6
Figura 2: Subdivisão por setores de atividade e IDI RSC por setor	45
Figura 3: Empresas Big 4 como Auditores, referentes aos períodos 2017 e 2018	45

Abreviaturas

APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial

BCSD - Business Council for Sustainable Development

CA - Conselho de Administração

CEO - Chief Executive Officer

DL - Decreto-lei

EIP - Entidades de Interesse Público

GRI - Global Reporting Initiative

ICB - Industry Classification Benchmark

IIRC - International Integrated Reporting Council

MRL - Modelo de Regressão Linear

NGOs - Non-governmental organizations

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONU - Organização das Nações Unidas

PME's - Pequenas e Médias Empresas

ROA - Return on Assets

ROE - Return on Equity

RSC - Responsabilidade Social Corporativa

RSE - Responsabilidade Social Empresarial

UE - União Europeia

Introdução

Pertinência da Temática

Embora a preocupação com a responsabilidade social corporativa (RSC) tenha surgido nos anos 70 do século XX, atualmente continua a ser um aspeto crucial para as empresas, a sociedade e o mundo académico (Hernández-Perlines & Sánchez-Infantes, 2016). Muito mudou na Europa e no Mundo na primeira década do século XXI e a Comissão Europeia divulgou em 2011 uma nova comunicação sob o tema “Responsabilidade social das empresas: uma nova estratégia da UE para o período de 2011-2014” que surge no âmbito da estratégia Europa 2020 e na qual a Comissão assumiu o compromisso de renovar a estratégia da UE para promover a responsabilidade social das empresas (Silva, 2012). A maioria dos estudos sobre a RSC, de acordo com Hernández-Perlines & Sánchez-Infantes (2016), centram-se nas grandes empresas. É importante que a empresa teste se os stakeholders, que eles acreditam serem materiais, são de facto partes interessadas. É possível que uma empresa identifique fornecedores e clientes como stakeholders que não estão interessados de forma alguma no relatório de responsabilidade social corporativa ou que nem mesmo o leiam. Se apenas os dados financeiros da empresa importarem, então não é uma parte interessada importante sobre a qual o relatório de RSC se deve concentrar, tal como refere Canning et al. (2019).

Tema de investigação

No âmbito da Estratégia da UE para a Responsabilidade Social Empresarial (2011-2014), surge a Diretiva 2014/95/EU, com o objetivo de reforçar a coerência e a comparabilidade das informações não financeiras divulgadas em toda a União. Certas grandes empresas deverão elaborar uma demonstração não financeira que contenha informações relativas, pelo menos, às questões ambientais, sociais e relacionadas com os trabalhadores. Considerando que a Diretiva afetará em breve relatórios corporativos das empresas europeias, segundo La Torre et al. (2017), este é um momento oportuno para os académicos considerarem os fluxos de investigação que ajudarão a entender os efeitos e impactos da diretiva e contribuirão para a prática e a teoria.

Wanderley et al. (2008) formulou a seguinte questão: “*Até que ponto a divulgação de informações de RSE está sob a influência do país de origem e/ou do setor industrial?*”. Assumindo que a informação e o conhecimento são um recurso-chave impulsionado por indivíduos, grupos e organizações, a intensidade no processo de divulgação influencia as decisões de gestão e as ações dos stakeholders como um todo. A RSC apresenta um enquadramento de teorias e de abordagens pouco consensual e complexas. Conquanto, demonstrada através da divulgação de informações não financeiras relativas às áreas sociais, ambientais e de governo societário, contribui decisivamente para a análise do desempenho das empresas e do seu impacto na sociedade (Decreto Lei 89/2017, 2017).

A presente investigação tem como principal objetivo contribuir para a literatura existente, no que diz respeito à divulgação de informação sobre responsabilidade social corporativa, mais concretamente quais as determinantes da divulgação de informação sobre responsabilidade social corporativa em Portugal e Espanha. Paralelamente, é possível definir os seguintes objetivos específicos: **1)** relacionar o relato não financeiro com a divulgação de informação de responsabilidade social corporativa; **2)** estudo do nível de cumprimento dos requisitos de divulgação da Informação não financeira das empresas ibéricas; **3)** Entender qual o estado do relato de informação não financeira das empresas espanholas e portuguesas; **4)** Perceber quais as características diferenciadoras nos grupos de empresas portuguesas e espanholas **5)** Procurar uma relação entre os resultados obtidos com a literatura existente e retirar as respetivas conclusões.

Com o intuito de responder aos diferentes objetivos acima referidos, formularam-se hipóteses de investigação que permitiram ir ao encontro de estudos já realizados anteriormente.

A amostra é constituída por 16 empresas portuguesas e 31 empresas espanholas, para os anos de 2017 e 2018, num total de 94 observações. Os dados foram recolhidos essencialmente da informação financeira e não financeira, disponíveis nos respetivos *sites* de cada empresa, *site* da CMVM (Comissão do Mercado de Valores Mobiliários) e *site* da CNMV (“Comisión Nacional del Mercado de Valores”). Como ferramenta de análise, tratamento e processamento dos dados, utilizou-se o *software* SPSS Statistics. Em

alternativa e sempre que possível, foi utilizado o Microsoft excel como ferramenta de apoio.

Branco & Delgado (2011) referem que existe ainda uma grande margem para melhorar a diversidade e expandir as investigações sobre RSC em Portugal. Segundo La Torre et al. (2017), a Diretiva Europeia 2014/95 representa um importante passo regulamentar, marcando uma mudança no relato não financeiro voluntário para um exercício obrigatório nas empresas em questão.

A revisão de literatura efetuada relativamente às determinantes da divulgação da responsabilidade social corporativa em Portugal e Espanha revelam que as pesquisas se centram em períodos amostrais anteriores à entrada em vigor da Diretiva Europeia 2014/95/UE e não no período subsequente, o que constitui uma clara lacuna. De acordo com Dyduch & Krasodomska (2017), as empresas podem tornar-se socialmente responsáveis seguindo a lei e as mesmas informam as partes interessadas sobre as suas conquistas de RSC (ou seja, o desempenho social e ambiental das empresas) nos seus relatórios anuais, integrados e sociais, bem como nos seus *sites* institucionais. Neste sentido, a presente dissertação vem acrescentar uma realidade diferente, procurando contribuir de forma pertinente para os interessados ao abordar este tema de responsabilidade social nestes dois países da União Europeia.

Este trabalho de investigação encontra-se dividido em 6 secções. Em primeiro lugar, surge a introdução ao tema de investigação. Segue-se o enquadramento teórico do relato da informação não financeira, dando especial enfoque à Diretiva Europeia 2014/95/UE e fazendo a ponte para a Responsabilidade Social Corporativa. Na terceira parte do trabalho, é feita a revisão de literatura. Aqui é abordada a divulgação de informação sobre Responsabilidade social corporativa e a sua relevância, procurando na literatura quais as teorias e abordagens presentes nos vários estudos empíricos, finalizando com os fatores explicativos da divulgação. Na quarta parte da investigação, é demonstrada a Metodologia e o modelo de investigação, para depois na secção seguinte serem apresentados e interpretados os resultados obtidos. Finalmente, na última secção apresentam-se as conclusões e considerações finais da investigação, bem como as próprias limitações do estudo e sugestões para investigações futuras.

Capítulo 1: Enquadramento teórico

1.1. Relato da Informação não financeira

1.1.1 Da Informação não financeira à RSC

De acordo com a EY (2016), apesar de o termo “informação não financeira” ser frequentemente usado para se referir a dados sobre questões ambientais, na realidade, abrange uma área muito mais ampla. Os contabilistas consideram “Informações não financeiras” como itens adicionais no relatório anual, além das demonstrações financeiras. As informações não financeiras envolvem questões relacionadas com a sustentabilidade, responsabilidade social corporativa, ambiental, social e governança, ética, capital humano, e meio ambiente, saúde e segurança.

O Relato da informação não financeira, segundo Stolowy & Paugam (2018), tem atraído considerável interesse na literatura académica. Erkens et al. (2015) investigam como o Relato não financeiro é definido e como esse interesse evoluiu ao longo dos anos na literatura académica, os principais tópicos cobertos pela pesquisa do relato não financeiro, as principais metodologias utilizadas pelos investigadores para abordar questões relacionadas com o relato não financeiro e até que ponto os estudos são de um país específico. Nessa investigação descobriram que muitos artigos sobre Informação não financeira não definem o conceito em si, mas que é descrito com mais precisão por conceitos subjacentes, como capital social, ambiental e humano, ou relatórios de RSC. Com base em literatura empírica e teórica, bem como num questionário realizado a académicos, preparadores e utilizadores da informação, Haller et al. (2017) chegam à conclusão que, até ao momento não existe nenhuma definição geralmente aceite ou um significado comum de Informação não financeira, afirmando que se trata de um termo “ambíguo”, uma vez que se refere especificamente à divulgação de informações sobre a sociedade e o ambiente.

Embora as empresas estejam bastante adiantadas em termos de relatórios de RSC e relatórios não financeiros, enfrentam muitas dificuldades em relação à sua elaboração e evolução. Para Gnan et al. (2013), com base na sua investigação, concluem que existem

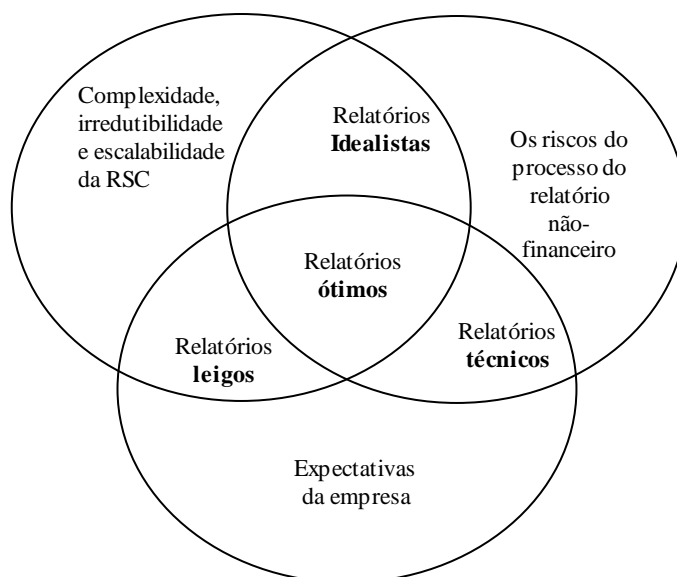
defeitos nos relatórios sociais. Estes falham na concentração dos verdadeiros riscos que as empresas enfrentam e cobrem excessivos problemas.

Baret & Helfrich (2018) realçam que os indicadores impostos pela Diretiva 2014/95/UE, de 22 de outubro de 2014 da UE (Diretiva) ou pelas leis nacionais não são novos para muitas empresas, uma vez que algumas já os haviam integrado nos respetivos relatórios não financeiros ou relatórios de sustentabilidade e que as novas restrições incluídas na Diretiva da UE eram finalmente circunscritas. Para que uma organização seja considerada sustentável deve possuir uma estratégia que vise a criação de valor ao longo do tempo para os diferentes stakeholders e o controlo dos riscos inerentes. Medir e incorporar informações não financeiras é uma ferramenta comprovada para melhorar a gestão e as operações em muitas empresas, constituindo assim uma fase de exploração para responder ao desafio estabelecido pela Diretiva 2014/95/UE. Numa perspetiva teórica, eles abordaram as três principais restrições do relato não-financeiro:

- 1) Complexidade, irredutibilidade e escalabilidade da RSC
- 2) Riscos inerentes no processo do relato não financeiro.
- 3) Expectativas da empresa

Os autores sintetizaram teoricamente este conjunto de restrições, armadilhas e as respetivas soluções da seguinte maneira:

Figura 1: Restrições, armadilhas e soluções do relato não financeiro



Fonte: adaptado de de Baret & Helfrich (2018)

O foco principal está na zona central, onde as três restrições são sobrepostas, procurando o “relatório ideal”, que consegue conciliar todas as restrições. Os “Relatórios idealistas” tentam integrar a complexidade do relatório de RSC e geralmente é elaborado pelo Departamento de Responsabilidade Social ou um comité especializado. O facto de se confiar o processo de criação de relatórios a um grupo de “insiders” pode ilustrar que a abordagem de RSC está desconectada da estratégia real da empresa, que deveria inscrever teoricamente todos os agentes. Basicamente, “Relatórios leigos” podem ser usados para dar início a uma abordagem de RSC e a sua aprendizagem, que se pode ajustar a empresas de estruturas pequenas, que desejam comunicar o seu compromisso com a RSC sem usar os moldes da Diretiva. A estratégia do “Relatório técnico” está em linha com a Diretiva 2014/95/UE. Contribui para uma ferramenta de RSC técnica e bastante quantitativa que acaba por não incentivar conversas com os stakeholders, considerando o crescente número de questões do seu interesse, uma vez que ampliam o âmbito e o conteúdo das suas atividades.

Por fim, os autores concluíram que possivelmente o Relato Integrado ou Relatório Integrado possa ser a “solução ótima” entre as armadilhas e as várias limitações. A sua abordagem holística e os seus princípios parecem constituir um possível desenvolvimento em direção a um “relatório ótimo”.

A atual realidade das relações empresariais, assim como, a urgente necessidade de divulgar, correta e adequadamente informações financeiras e não financeiras (relevantes para a tomada de decisão dos stakeholders) conduziram a que algumas entidades, à escala internacional, se apercebessem das lacunas existentes relativamente à divulgação deste tipo de conteúdos necessários para garantir a comparabilidade e competitividade. Nos últimos tempos, o aperfeiçoamento da divulgação de informação não financeira é fruto do destacado trabalho desenvolvido pelas entidades de seguida mencionadas: a GRI – Global Reporting Initiative, o IIRC – International Integrated Reporting Council, a ONU – Organização das Nações Unidas, a OIT (Organização Internacional do Trabalho) e a ISO – Organização Internacional de Normalização, entre outras.

As empresas, em geral, podem recorrer a sistemas nacionais, a sistemas da União ou a sistemas internacionais, como por exemplo o Pacto Global das Nações Unidas da ONU, a norma ISO 26000, a Declaração de Princípios Tripartida sobre as empresas multinacionais e a política social da OIT ou até mesmo a Iniciativa Global sobre a elaboração de relatórios – GRI (Diretiva 2014/95/UE, 2014).

1.1.2. GRI

A GRI é uma organização internacional independente fundada em 1997 que ajuda empresas e governos em todo o mundo a entender e comunicar o seu impacto em questões críticas de sustentabilidade, bem como mudanças climáticas, direitos humanos, governança e bem-estar social. Isso permite uma ação real para criar benefícios sociais, ambientais e económicos para todos, sendo estas as três principais dimensões em que se assume (globalreporting.org, 2019). De acordo com Lamberton (2005), a abrangência dos relatórios para incluir aspetos das três dimensões que estejam em conformidade com os rigorosos padrões qualitativos estabelecidos nas Diretrizes da GRI exige um grande comprometimento de recursos para alcançar uma aplicação ampla.

Segundo Brown et al. (2009), a GRI tornou-se um modelo líder de relatórios voluntários de sustentabilidade pelas empresas, emergindo no topo do debate sobre responsabilidade social corporativa.

De uma outra perspetiva, Dumay et al. (2010) concluíram que as diretrizes promovem uma abordagem de “gestão” da sustentabilidade, em vez de uma abordagem informada

sobre ecologia e justiça ecológica, potencialmente fazendo com que se caia numa armadilha de avaliação. Assim, significa que não contribuem para a sustentabilidade.

Em 2012, Marimon et al. (2012) estudaram a difusão mundial da Global Reporting Initiative (GRI) do ponto de vista de uma macroanálise e uma microanálise, usando dados da primeira década deste século e apontaram que a tendência seria a utilização desta ferramenta na elaboração dos relatórios de sustentabilidade nos próximos anos. Em 2013 foi lançada a quarta versão das diretrizes GRI, em que dá mais ênfase à materialidade, incentivando assim as empresas a fornecer informação que seja crítica para o seu negócio e stakeholders (PWC, 2013).

Comprovadamente a GRI continua a ser a estrutura mais popular para relatórios de RSC em pelo menos 49 países/regiões (KPMG, 2017).

1.1.3. International Integrated Reporting Council – Relatório Integrado

“The International Integrated Reporting Council (IIRC) is a global coalition of regulators, investors, companies, standard setters, the accounting profession and NGOs.

Together, this coalition shares the view that communication about value creation should be the next step in the evolution of corporate reporting.” (IIRC, 2013:1)

O IIRC surgiu em 2010, após ter sido detetada a necessidade de criar uma estrutura para o Relatório Integrado (“Integrated Reporting” <IR>) que fosse globalmente aceite.

Segundo o IIRC (2013), o propósito de um Relatório Integrado é explicar aos detentores de capital como uma organização cria valor ao longo do tempo, beneficiando todas as partes interessadas. Isto é corroborado por diversos artigos e estudos académicos (Cheng et al., 2014; Morros, J., 2016; Lopes et. al, 2017; Girella, L., 2018; Braz, M., 2018), que defendem que o <IR> transforma o processo de tomada de decisão por forma a juntar os benefícios aos negócios, à sociedade e ao meio ambiente, permitindo uma melhor identificação e mitigação dos riscos.

De acordo com Abeysekera (2013), o relatório integrado deve explicar a narrativa de uma organização de modo a atingir a visão e objetivos definidos, informando sobre o seu desempenho histórico e pretendido no futuro. Este autor conclui ainda que o <IR> deve trazer mais transparência à Prestação de contas, apesar de esta depender sempre das

qualidades éticas intrínsecas da organização, sendo que Ruiz-Lozano & Tirado-Valencia (2016) acrescentam que é necessário um maior envolvimento dos stakeholders para identificar questões materiais e mecanismos para garantir a credibilidade dos relatórios. Lopes et al. (2017) salientam que o Relatório Integrado é a consequência lógica do crescimento das preocupações de sustentabilidade e RSC, desempenhando um papel neste mundo dinâmico e de mudanças constantes, em que o relato empresarial tem que acompanhar para atender às necessidades da sociedade.

De acordo com o IIRC (2013), um Relatório Integrado deve ter por base sete princípios aquando da sua preparação e divulgação:

- 1) Foco estratégico e orientação para o futuro;
- 2) Interligação da informação divulgada;
- 3) Consideração das relações existentes entre os stakeholders;
- 4) Materialidade;
- 5) Concisão;
- 6) Confiabilidade e plenitude; e, por último,
- 7) Coerência e comparabilidade.

Adicionalmente, apesar ter em consideração as especificidades de cada organização, deverá existir uma interligação entre a informação divulgada, tendo para tal de ser mencionados os seguintes elementos de conteúdo: visão geral organizacional e ambiente externo; *governance* e remuneração; modelo de negócios; riscos e oportunidades; execução da estratégia e desempenho; perspectivas; bases de preparação e divulgação e orientações gerais, mas sempre salvaguardando a razoabilidade e extensão do que é divulgado (Morros, 2016).

A APEE (2017) afirma que tradicionalmente, as empresas têm vindo a publicar relatórios financeiros e relatórios de sustentabilidade em separado, porque não era reconhecida a ligação estratégica entre ambos. Com os Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) em mente e a estabilidade financeira foi possível testemunhar uma ligação incontornável e assim surgiram os relatórios integrados.

Por outro lado, partindo da questão *quais são as principais perspectivas teóricas na literatura académica sobre relatórios integrados?*”, Speziale (2019) afirma no seu estudo que o Relatório Integrado parece ser a melhor ferramenta para fornecer uma representação holística do desempenho financeiro e não financeiro, porém, como ferramenta de sustentabilidade é muito controversa, chegando mesmo a ser interpretada de diferentes maneiras por autores distintos. Esta autora entendeu útil distinguir entre dois grupos de teorias:

- a) As Teorias do “Aumento”, que tratam a contabilidade social e ambiental como um “anexo” à contabilidade convencional (Ex: teoria dos stakeholders, teorias da agência económica, teorias da decisão - utilidade, teoria da legitimidade, teoria da responsabilização)
- b) As Teorias “heartland”, que se concentram no papel da informação nas relações entre a empresa e a sociedade em que está inserida (Ex: economia política da teoria da contabilidade, perspectivas ecológicas profundas, abordagem eco feminista, teorias baseadas na comunidade).

De uma outra perspectiva, surge o estudo de Flower (2015), onde refere que o Relato Integrado falhou, elencando uma série de razões, tais como: a falta de precisão nos conceitos apresentados que conduzem a distintas interpretações; a inexistência de obrigação para apresentar um Relatório Integrado, sendo este um ato voluntário; a indefinição do que é, para quem é e como calcular o “valor” que se pretende gerar no curto, médio e longo prazos; o esquecimento das questões associadas à sustentabilidade; a inexistência de regras estipuladas mas sim linhas orientadoras que podem ser manipuladas pelos órgãos de gestão, de acordo com os objetivos que pretendem atingir devido ao livre arbítrio existente.

Em suma, o Relato Integrado é uma abordagem abrangente que faz a ponte entre o valor financeiro e o valor não-financeiro de uma organização (Revista Revisores e Auditores 52, 2011), enquanto Speziale (2019) vê como uma ferramenta de sustentabilidade que elabora e comunica a toda a comunidade humana o sistema de valores e outras informações que resumem a contribuição de uma “agenda” para o desenvolvimento sustentável e o bem comum para o bem-estar do presente e do futuro. Ainda que existam inúmeras vantagens e desvantagens associadas à adoção do Relatório Integrado, não é

possível chegar a uma conclusão final devido à atualidade do tema, que tem sido e continuará a ser alvo de pesquisa e produção de literatura.

1.1.4. ONU

A ONU é uma das organizações de referência que as empresas podem recorrer relativamente à difusão de iniciativas associadas à prática de RSC. Neste contexto, o Pacto Global das Nações Unidas posiciona-se para acelerar a ação e a colaboração de cada país, a um nível global, definindo práticas de liderança nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS (Global Compact Local Networks - ONU, 2018). Este Pacto Global tem como objetivo o alinhamento da atividade e das estratégias das empresas com os dez princípios universais associados aos direitos humanos, do trabalho, do ambiente e do combate à corrupção.

O interesse comercial exige que as empresas assimilem os ODS bem como os riscos e oportunidades, sendo um pré-requisito para envolver as organizações num diálogo que estabeleça confiança e bases para parcerias com vários stakeholders.

O Pacto Global da ONU complementa as práticas de RSC, não podendo ser interpretado como um documento obrigatório com procedimentos rígidos, mas sim como um documento de apoio à promoção de um crescimento sustentável. Erro & Sánchez (2012) concluem que pesquisas anteriores que analisam o Pacto Global sugerem que o conhecimento que temos dos motivos que levam diferentes organizações a participar dessa iniciativa é limitado.

1.1.5. OIT

“It was created in 1919, as part of the Treaty of Versailles that ended World War I, to reflect the belief that universal and lasting peace can be accomplished only if it is based on social justice.”

Fonte: *OIT (2007)*

É uma agência multilateral da ONU, especializada nas questões do trabalho, particularmente no que se refere ao cumprimento das normas (convenções e recomendações) internacionais. Na sua “Declaração sobre justiça social para uma

globalização justa”, a OIT (2007) pede o desenvolvimento de novas parcerias com empresas multinacionais e sindicatos que operam no nível setorial global, a fim de melhorar a eficácia dos programas e atividades operacionais da Organização, uma vez que esta pretende contribuir para a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável, reunindo objetivos sociais, económicos e ambientais. Desde a sua génese, a OIT definiu Convenções e Recomendações, cobrindo questões-chave como:

- Horas de trabalho
- Desemprego
- Proteção à maternidade
- Trabalho noturno para mulheres
- Idade mínima
- Trabalho noturno para jovens

Segundo Thomas & Turnbull (2017), a OIT é a única Organização internacional com mandato para suprir as lacunas existentes de governança. O sucesso desta Organização será visto pela contínua relevância numa era de globalização e pelas perspetivas de trabalho decente para milhões de trabalhadores em todo o mundo.

1.1.6. ISO

A ISO – International Organization for Standardization é uma organização internacional não-governamental e independente, fundada em 1947 e já conta com mais de 165 países. Reúne diversos especialistas que desenvolvem e partilham conhecimentos, relativamente a normas internacionais pertinentes que favorecem a inovação, e disponibilizam respostas para os desafios globais com os quais as economias se deparam. O objetivo da ISO é produzir normas internacionais que possam ser usados em qualquer lugar do mundo (ISO, 2015a). É de destacar a ISO 26000 – Responsabilidade Social, publicada em 2010 (após cinco anos de discussão), que pode ser vista como um complemento da estrutura Internacional do Relato Integrado (The International <IR> Framework). Esta fornece uma estrutura abrangente para pensamento e relatórios integrados, enquanto a ISO 26000 fornece orientação detalhada sobre como parte desse pensamento pode ser desenvolvido e implementado (ISO, 2015b).

Castka & Balzarova (2008) argumentaram que só as organizações que consigam equilibrar o custo da implementação da norma com os benefícios perceptíveis com essa ação escolherão adotá-la, por outro lado, outras irão fazê-lo por razões estratégicas, altruístas ou coercivas. Isto é corroborado por Gnan et al. (2013), ou seja, havendo um envolvimento dos stakeholders mais destacados que reconheçam e valorizem a norma, as empresas adotam. Caso contrário, escolherão outros meios para lidar com suas responsabilidades sociais.

1.2. Papel dos auditores na garantia e fiabilidade da Informação não financeira

Reimsbach et al. (2018) consideram que as informações não financeiras associadas à sustentabilidade são consideradas cada vez mais pertinentes. Neste seguimento, os mercados e investidores exigem o aumento da credibilidade destas divulgações através de certificações emitidas por entidades externas e independentes, pois por não se tratar de divulgações que possam ser transpostas facilmente para números podem induzir a distorções de acordo com os objetivos e imagem que a organização pretende transmitir ao mercado. Dumitru et al., (2017) consideram que, no que diz respeito à divulgação de informações não financeiras, por certas grandes empresas e grupos, a Diretiva 2014/95/UE vem aumentar o papel dos contabilistas e auditores na RSC.

Um artigo da EY (2016) afirma que as organizações começaram a perceber que relatar informações de sustentabilidade já não é suficiente. Os stakeholders querem ter a certeza de que são confiáveis. O caminho que as empresas têm pela frente é de uma enorme complexidade e demorado, uma vez que a informação vem de inúmeras fontes exteriores e contém incertezas que podem ser atribuídas a diferentes critérios e estimativas de medição. Ainda assim, os ganhos de avançar com relatórios não financeiros robustos e confiáveis são maiores que as perdas, visto que trazem consigo maior reconhecimento e credibilidade, redução do risco, sistemas internos de relatórios e gestão fortalecidos e aumento da confiança dos stakeholders. Assim, corroborado por Gürtürk & Hahn (2016), nos últimos anos, aumentou a proporção de relatórios de sustentabilidade que incluem declarações de garantia elaboradas por terceiros. A garantia externa de informações influencia a credibilidade percebida de tais declarações. De acordo com Gomes et al.

(2015), as empresas de auditoria são cada vez mais o fornecedor dominante de garantia de fiabilidade em Portugal, com a PWC dominando o mercado.

Cheng et al. (2015) sugerem que a garantia dos indicadores Ambientais, Sociais e de Governança têm um papel benéfico de sinalização na comunicação da importância dessas informações relatadas aos investidores. De uma outra perspetiva, Reimsbach et al. (2018) realçam que o objetivo original das certificações de garantia era confirmar e *verificar a precisão das informações e não a qualidade do desempenho subjacente*, pelo que estas então apenas asseveram a precisão dos dados relatados.

Para finalizar, García-Sánchez et al. (2019) chegaram à conclusão que existe uma relação entre a qualidade de divulgação de RSC e a sua garantia externa, uma vez que facilitam o acesso ao financiamento às empresas que divulgam. Por outro lado, afirmam que o mercado financeiro não avalia a qualidade da certificação de garantia e fiabilidade, mas sim o facto de estar disponível, indo na mesma linha do estudo de Reimsbach et al. (2018).

1.3. Diretiva 2014/95/UE, de 22 de outubro de 2014

No âmbito da *Estratégia Europa 2020* e, mais especificamente, na Estratégia da UE para a Responsabilidade Social Empresarial (2011-2014), surge a Diretiva 2014/95/UE, que identifica a divulgação de informação não financeira como um elemento chave que deverá fazer parte da prestação de contas por parte das empresas e para a geração de um clima de confiança (VER, 2014). Esta Diretiva altera a Diretiva 2013/34/UE, de 26 de junho de 2013 e é aplicável por entidades baseadas na UE, a partir do exercício fiscal que se inicia em 1 de janeiro de 2017.

A Diretiva exige que “certas grandes empresas” elaborem uma demonstração não financeira anual que divulgue informações sobre sustentabilidade com o objetivo de identificar riscos de sustentabilidade e aumentar a confiança dos investidores e consumidores. Assim, cada empresa impactada, em 2018, deve elaborar uma demonstração não financeira onde deverá incluir informações relacionadas com as questões ambientais, sociais e relacionadas com os trabalhadores, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno, bem como uma *descrição*

das políticas, dos resultados e dos riscos associados a essas questões (União Europeia, 2014, p. 2). O BCSD (2016) reconhece que a tendência será para as empresas elaborarem relatórios integrados e apela que a lei seja precisa no que respeita à forma como as empresas evidenciam a existência ou não destas políticas, uma vez que muitas delas “já existem num registo informal, sem que exista efetivamente uma política escrita e aprovada pelo Conselho de Administração”, sugerindo que a transposição para o ordenamento jurídico português acautelasse este tema.

De acordo com a Diretiva, os revisores irão apenas certificar-se de que a informação não financeira foi apresentada. Não têm, portanto, qualquer competência para emitir parecer ou verificação sobre a qualidade da informação ou se a informação divulgada é de facto “relevante e apropriada”. O BCSD (2016) sugere a norma ISAE 3000 como referência no processo de verificação.

Segundo La Torre et al. (2018), trata-se, assim, de uma atuação política para legitimar o Relato da Informação Não Financeira, englobando dois pontos fulcrais: melhorar a comparabilidade das informações e aperfeiçoar a responsabilidade social corporativa. Contudo, alertam que algumas forças envolvidas na translação de ações concretas das empresas atuam como “barreiras” às suas grandes teorias subjacentes. Então, sugerem uma pesquisa que reexamine as teorias fundamentais do passado.

A transposição da Diretiva deverá ser efetuada pelas grandes sociedades/grupos dos Estados-Membros que sejam entidades de interesse público (EIP), e pelas EIP que sejam empresas-mãe de um grande grupo (obrigadas à apresentação de contas consolidadas), e em que o número médio de trabalhadores seja superior a 500 (União Europeia, 2014, p. 3).

De acordo com o Artigo 1.º da Diretiva

A Diretiva 2013/34/UE é alterada do seguinte modo:

1) É inserido o seguinte artigo:

«Artigo 19.º -A

Demonstrações não financeiras

1. As grandes empresas que sejam entidades de interesse público e que, à data de encerramento do respetivo balanço, excedam o critério do número médio de 500 empregados durante o exercício financeiro, devem incluir no seu relatório de gestão uma demonstração não financeira que contenha informações bastantes para uma compreensão da evolução, do desempenho, da posição e do impacto das suas atividades, referentes, no mínimo, às questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno, incluindo:

- a) Uma breve descrição do modelo empresarial da empresa;*
- b) Uma descrição das políticas seguidas pela empresa em relação a essas questões, incluindo os processos de diligência devida aplicados;*
- c) Os resultados dessas políticas;*
- d) Os principais riscos associados a essas questões, ligados às atividades da empresa, incluindo, se relevante e proporcionado, as suas relações empresariais, os seus produtos ou serviços suscetíveis de ter impactos negativos nesses domínios, e a forma como esses riscos são geridos pela empresa;*
- e) Indicadores-chave de desempenho relevantes para a sua atividade específica.*

Caso uma empresa não aplique políticas em relação a uma ou várias dessas questões, a demonstração não financeira deve apresentar uma explicação clara e fundamentada para esse facto.

A demonstração não financeira referida no primeiro parágrafo deve incluir também, se adequado, uma referência aos montantes inscritos nas demonstrações financeiras anuais e explicações adicionais relativas a esses montantes.

é possível, em complemento com as restantes disposições, verificar que são definidos critérios específicos de divulgação. Importa salientar ainda que é proporcionada alguma flexibilidade quanto à divulgação dos conteúdos acima mencionados, ou seja, as empresas podem optar por divulgar nos relatórios anuais ou por um relatório individualizado.

Adicionalmente verifica-se que existe uma preocupação da Comissão Europeia em uniformizar a divulgação de informação exigida, favorecendo assim a comparabilidade

entre empresas dos diversos países da União Europeia e redução da subjetividade ao nível do que divulgar e como divulgar, conforme evidenciado no parágrafo 17 da Diretiva “ (...) *deverá elaborar orientações não vinculativas, (...) ter em conta as melhores práticas existentes, a evolução internacional e os resultados das iniciativas ligadas à União. (...) Deverá proceder às consultas adequadas, inclusive junto das partes interessadas relevantes (...)*”, e também nos parágrafos 15 e 21 com “ (...) *a fim de se alcançar o objetivo da comparabilidade e coerência das informações que as empresas deverão divulgar na União.*”

1.3.1. Transposição em Portugal

Portugal já procedeu à sua transposição para o ordenamento jurídico interno, através do Decreto-Lei nº 89/2017, de 28 de julho (DL), mantendo as orientações emanadas da UE e não alterando o âmbito da sua aplicabilidade (APEE, 2017).

O cumprimento do DL nº 89/2017 deverá ser efetuado pelas grandes empresas e empresas-mãe de um grande grupo, e em que o número médio de trabalhadores seja superior a 500 e que simultaneamente sejam de interesse público (DL 89/2017, 2017, p. 1). Entenda-se por grandes sociedades aquelas que, à data de balanço, ultrapassem dois dos três limites seguintes:

- a) Total do balanço: 20 milhões de euros;
- b) Volume de negócios líquido: 40 milhões euros
- c) Número médio de empregados durante o período de reporte: 250 (UE, 2013 - Diretiva 2013/34/UE). Ou seja, o estabelecimento deste parâmetro está associado à preocupação de minimizar a burocracia associada às pequenas e médias empresas (PME's), que são a base da economia nacional, apesar da recomendação do BCSD (2016) que o DL português incluísse a possibilidade de empresas com mais de 250 colaboradores poderem vir a ser incluídas no âmbito da diretiva de forma progressiva, apregoando desde já o potencial alargamento num prazo de 5 anos, o legislador optou por manter as orientações emanadas da UE.

1.3.2. Transposição em Espanha

Em Espanha, a transposição realizou-se em duas fases:

- 1) *Real Decreto-ley 18/2017, de 24 de noviembre* que obriga as empresas a cumprir com o reporte de informação sobre o seu modelo de negócio, políticas corporativas formais e os seus resultados, sobre os principais riscos e os indicadores chave (EY, 2018). O âmbito é exatamente o mesmo descrito acima em “Transposição em Portugal”.

- 2) Foi acrescentada a *Ley 11/2018, de 28 de diciembre de 2018*, que estabelece que passados três anos após a entrada em vigor da anterior lei (18/2017), a obrigatoriedade de apresentar a demonstração não financeira será de aplicação a todas as sociedades ou grandes grupos de sociedades com mais de 250 trabalhadores e simultaneamente sejam de interesse público (excetuando as que são classificadas de PME’s, conforme a Diretiva 2013/34/EU) ou cumpram, durante dois exercícios económicos consecutivos um dos seguintes critérios: Total de ativos superior a 20.000.000 € ou volume de negócios líquido superior a 40.000.000 €.

Capítulo 2: Revisão de literatura

2.1. Responsabilidade Social Corporativa

“Over the decades, the concept of corporate social responsibility (CSR) has continued to grow in importance and significance. It has been the subject of considerable debate, commentary, theory building and research. In spite of the ongoing deliberations as to what it means and what it embraces, it has developed and evolved in both academic as well as practitioner communities worldwide.” (Carroll & Shabana, 2010:85)

A Responsabilidade Social Corporativa insere-se nos princípios da sustentabilidade, pois dá às organizações a possibilidade de se assumirem como absolutamente relevantes a nível social. Um pequeno fluxo de literatura académica estudou o surgimento inicial das práticas de garantia de sustentabilidade (Canning et al., 2019).

Carroll (1991) propõe uma pirâmide de RSE que inclui os quatro tipos de responsabilidade social: económica, legal, ética e filantrópica que conduzirão a uma RSE total. As diferentes perspetivas da responsabilidade encontram-se interligadas e devem ser vistas como um todo e não devem ser separadas. O autor sugere que o conceito de desempenho social da empresa surge numa perspetiva mais inclusiva e global onde se inclui a responsabilidade social das empresas.

O mesmo autor, Carroll (2015), 14 anos depois refere que, atualmente, a RSE é um conceito global que progrediu da interação entre a teoria e a prática. O investigador esclarece que inicialmente o termo RSE foi utilizado de uma forma generalizada referindo-se à responsabilidade dos gestores de considerarem o impacto das empresas na sociedade. O conceito foi evoluindo e alargado a sete outras áreas e responsabilidades tendo por base as ações ‘proteger’ e ‘melhorar’. Proteger a sociedade implica que as empresas devem evitar ou reduzir os seus impactos negativos (por exemplo, poluição, discriminação, produtos inseguros, etc). Para melhorar o bem-estar da sociedade, o autor sugere que as empresas criem benefícios positivos para a sociedade (por exemplo, filantropia, relações com a comunidade, etc).

Alves et al. (2012) estudaram as relações entre características corporativas, variáveis de governança corporativa e divulgação voluntária. Essas decisões de divulgação são um processo complexo e são afetadas por fatores inter-relacionados. Os resultados indicaram que os principais determinantes da divulgação voluntária são as variáveis relacionadas com o tamanho da empresa, oportunidades de crescimento, desempenho organizacional, remuneração do conselho e a presença de um grande acionista.

Os resultados obtidos por Bird et al. (2007) sugerem que o mercado não é influenciado apenas pelas atividades independentes de RSC, mas também que essas atividades que eles valorizam variam ao longo do tempo. Parece que, mais recentemente, o mercado tem valorizado a maioria das empresas que satisfazem os requisitos mínimos nas áreas de diversidade e proteção ambiental, mas que são mais pró-ativas na área de relações com funcionários.

Consequentemente, é essencial, para Fernández et al. (2015), analisar quais são as principais atividades de RSC das empresas, e as estratégias nas quais elas enfatizam a disseminação das suas informações e até que ponto essas iniciativas de disseminação de informações sobre práticas de RSC têm uma influência positiva e significativa sobre fatores mensuráveis.

Assim, tal como refere Eugénio (2010), “novos desafios em contabilidade e auditoria se colocam às empresas de hoje. Atualmente, estas não podem produzir apenas informação estritamente financeira, é-lhe exigida, também, uma postura socialmente responsável, passando pela divulgação de informação social”.

2.2. Divulgação da Informação

2.2.1. Teorias e Abordagens

Nas últimas décadas houve uma crescente consciencialização sobre o papel das empresas na sociedade, uma vez que questões como a poluição, esgotamento dos recursos, qualidade e segurança do produto, direitos dos trabalhadores, entre outros, tornaram-se o foco de atenção e preocupação. É neste contexto que as empresas têm sido instadas a relatar informação a um público cada vez maior do que só acionistas e credores (Reverte, 2009).

Girella (2018) chama a atenção, portanto, para a “entidade relatora” e os “utilizadores da informação financeira” e levanta as seguintes questões:

“How can we in fact define a ‘reporting entity’ in the era of non-financial reporting? Is the ‘entity view’ an acceptable theorisation? Or does non-financial reporting need a new conceptualisation of what is an entity?”

A RSC apresenta um cenário de teorias e de abordagens controversas, complexas e pouco claras. Assim, Garriga & Melé (2004) sugeriram integrá-las em 4 grupos (teorias instrumentais, teorias políticas, teorias integrativas e teorias éticas) e chegou à conclusão que existe a necessidade de desenvolver uma nova teoria associado à relação de negócios e sociedade que integrasse estas quatro dimensões.

No primeiro grupo, as teorias instrumentais, onde as empresas são vistas apenas e só como uma ferramenta para alcançar os objetivos económicos e criar riqueza. Esta abordagem tem como referência para a tomada de decisão exclusivamente a maximização do valor para o acionista. No segundo grupo, inserem-se as teorias que focalizam o poder social das empresas, especificamente nas suas relações com a sociedade, considerando que elas detêm poder e passam a ter capacidade para influenciar o equilíbrio de mercado. Neste grupo inserem-se também as abordagens sobre a cidadania corporativa que discutem os deveres da cidadania perante as comunidades em que estão inseridas. Nas teorias integrativas, os negócios dependem da sociedade para sua continuidade e crescimento. Assim, o desempenho social é considerado o suporte para que as empresas obtenham alguma legitimidade e prestígio, integrando nas suas decisões/ações os valores e exigências da sociedade. As abordagens mais representativas deste grupo são a teoria dos stakeholders e da performance social. Por último, surgem as teorias éticas. Esta defende que o relacionamento entre negócios e sociedade está incorporado em valores éticos, acarretando uma visão da responsabilidade social das empresas sob uma perspectiva ética e, por conseguinte, as empresas devem aceitar responsabilidades sociais como uma obrigação ética acima de qualquer outra consideração.

Perrini (2006) estudou as PME's e a teoria de RSC. De acordo com este autor, relativamente a esta relação, é comum questionar-se que teoria para o qual o conhecimento geral sobre RSC deve ser desenvolvido, sugerindo para o mesmo efeito que a investigação em grandes empresas deve basear-se na teoria dos stakeholders e a investigação em PME's deve basear-se no conceito de capital social.

Por outro lado, Brown et al. (2009), no seu estudo sobre a contribuição dos relatórios de sustentabilidade GRI na divulgação de informação por parte das instituições, apresenta duas perspectivas diferentes. Do ponto de vista da teoria institucional, os autores defendem que o GRI ilustra como uma instituição emerge de forma dinâmica, resultado de interações entre muitos atores. Basicamente, as estratégias iniciais dos fundadores e como reproduzem as relações de poder afetam o processo de institucionalização. Já do ponto de vista da governança, este caso leva-nos a questionar o poder da informação mercantilizada para mobilizar a sociedade civil e fortalecer a governança com base em parcerias. Segundo estes autores, a informação mercantilizada padronizada pode ser um instrumento

para capacitar e mobilizar vários atores sociais, desde que seja produzida por meio de ampla participação e tendo em vista as necessidades dos futuros utilizadores.

O processo de recolha e emissão de informações pode ser uma experiência importante para as organizações relatoras e o processo de decidir o que e como relatar pode gerar um diálogo social útil, esclarecer conceitos e contribuir para a definição da agenda.

Na literatura, os estudos sobre comunicação organizacional no âmbito dos conceitos de sustentabilidade e RSE suportam a análise em várias teorias:

1. Teoria dos stakeholders

Esta teoria tem por base a existência de outros interessados na empresa, que têm o direito de legitimar os seus interesses, além dos seus proprietários e acionistas. Prevê que a divulgação voluntária permite aumentar e melhorar as relações entre todos os interessados na organização (Donaldson & Preston 1995). Associa questões como a criação de valor, a ética, a responsabilidade e a sustentabilidade nos negócios, aplicada à gestão estratégica, ao governo das sociedades e às práticas de gestão nas empresas (Freeman et al., 2010).

2. Teoria da agência

Sugere que os gestores, uma vez que têm um grande poder de condução do negócio, poderão usá-lo para outros fins que não os interesses da entidade e dos acionistas, nomeadamente para a obtenção de vantagens na sua esfera pessoal (Lopes & Rodrigues, 2007).

3. Teoria da legitimidade

Prende-se na ideia de haver um contrato social entre a empresa e os stakeholders, sendo que a empresa divulga em conformidade com as práticas e valores socialmente aceites no seu meio envolvente (Lopes, 2014; Dyduch & Krasodomska, 2017).

Ainda assim, existem outras teorias que explicam a prática da divulgação por parte das empresas.

4. Teoria da contingência

A teoria da contingência é baseada na premissa de que não há um sistema de contabilidade ideal que se aplique da mesma forma a todas as organizações, tudo depende de diversos fatores contingenciais (Otley, 1980). Pode ser aplicado para analisar processos internos que levam as empresas a publicar relatórios integrados, considerando também características no nível da empresa, como dimensão, lucro, presença multinacional, identificação dos stakeholders mais críticos e desempenho da sustentabilidade. (Lopes & Rodrigues, 2007; Trébucq & Magnaghi, 2017; Speziale, 2018).

5. Teoria da sinalização

Aponta para a tendência de os acionistas divulgarem informação mais favorável ao exterior com o propósito de valorizarem as suas ações no mercado de capitais (Lopes & Rodrigues, 2007).

6. Teoria dos custos políticos

Indica que para reduzir a pressão política, entenda-se por exemplo uma fiscalização, as empresas reduzem as assimetrias de informação aumentando as suas divulgações (Lopes & Rodrigues, 2007).

Choi (2000) refere que não existe um referencial teórico universalmente aceite para a contabilidade social e ambiental corporativa.

2.2.2. Índices de Divulgação

Vários investigadores e autores utilizam a construção de Índices de Divulgação de Informação no ramo científico da gestão e contabilidade por forma a identificar a intensidade, qualidade, consistência e o nível de conformidade e *reporting* (Hossain e Taylor, 1998; Carvalho et al., 2018; Lopes, 2014; Zhu & Liu, 2011; Dragu & Tudor, 2011; Vuna & France, 2018; Silva et al., 2016; Paiva & Gavanha, 2016).

Lopes (2014) salienta que o Índice de conformidade de cada empresa é alcançado através do quociente entre o número de itens divulgados e a soma total dos itens que devem ser divulgados aos stakeholders, respeitando a norma em análise.

De acordo com Marston & Shrives (1991), os índices de divulgação consistem em listas que incorporam itens selecionados pelos investigadores. O principal veículo de divulgação das empresas é o relatório e contas anuais, corroborado por Vuna & France (2018) e Rodrigues et al. (2005), sendo divididas em duas categorias: divulgação obrigatória e divulgação voluntária.

A utilidade do índice de divulgação dependerá dos itens selecionados a serem incluídos neste índice, pois um item de informação poderá ser, simultaneamente, de grande importância para um grupo de utilizadores e de pouca importância para os restantes grupos. Dependendo do objetivo de cada estudo, estes procuram analisar e identificar diferentes tipos de divulgação, que poderá ter um carácter financeiro ou não financeiro e quantitativo ou qualitativo, ou ambos (Hossain, 2002), usando para isso índices ponderados e não ponderados.

Segundo Urquiza et al. (2009), é comum usar índices de divulgação para obter um *proxy* para a qualidade da divulgação, e sugerem o *design* de três índices diferentes: índice de qualidade, de âmbito e de quantidade, concluindo que têm um grande impacto no ranking das empresas. Todavia não há unanimidade sobre qual o melhor *design*.

Na investigação literária, pôde-se observar que alguns estudos optam pelo índice de divulgação ponderado (Ho & Wong, 2001; Rodrigues et al., 2005; Romolini et al., 2014), enquanto outros utilizam o índice de divulgação não ponderado (Marston & Shrieves, 1991; Cooke, 1989; Akhtaruddin et al., 2009).

O índice de divulgação ponderado é mais utilizado nos estudos que investigam a divulgação voluntária e tem como objetivo discriminar os itens mais importantes dos menos importantes, porém este apresenta complicações, uma vez que faz aumentar o nível de subjetividade. Em contraponto, estão os índices de divulgação não ponderados, mais utilizados em análises sobre os requisitos de divulgação obrigatórios, onde todos os itens de informação são considerados com o mesmo grau de importância, podendo variar entre 0 a 1, no caso de não divulgar ou divulgar, respetivamente (Marston & Shrives, 1991; Hossain, 2002).

2.2.3. Revisão de estudos empíricos sobre Divulgação de RSC e os seus fatores explicativos

Diferentes autores (Roberts, 1992; Dhaliwal et al., 2012; Reverte, 2009; Silva et al., 2016; Azevedo et al., 2018) têm estudado a divulgação da RSC, sendo que a maior parte o tem feito utilizando a análise de conteúdo.

Segundo Lu & Abeysekera (2017), a qualidade da divulgação é geralmente avaliada usando um índice de divulgação da análise de conteúdo, em que classifica uma divulgação com base na presença ou ausência de cada item individual que faz parte de uma lista de verificação. A maioria dos estudos que estudam a relação entre a qualidade da divulgação nos relatórios anuais corporativos e as características da empresa fazem-no através da criação de um índice, associando-o a variáveis explicativas (Aljifri et al., 2014).

Segundo Aljifri et al. (2014), Agyei-Mensah (2012) e Ayadi (2004), estas características empresariais podem ser divididas nas seguintes categorias:

- Variáveis de mercado – Incorporam variáveis como o setor de atividade onde a empresa opera e se está listada na bolsa de valores.
- Variáveis de desempenho – Compreendem variáveis como por exemplo a rentabilidade (ROE), liquidez, retorno dos ativos (ROA), entre outros.
- Variáveis de estrutura – Abrangem a dimensão da empresa, a estrutura de capital, o grau de internacionalização da empresa, entre outros.
- Variáveis de corporate governance – Incluem a composição da Comissão de Auditoria e do conselho de administração, a proporção de Administradores não executivos face ao total de Administradores executivos empresa, proporção de mulheres no Conselho de Administração, entre outros.

O terceiro autor, Ayadi (2004) reforça que a existência de fatores externos à empresa como o país origem da empresa, o contexto social, político, económico e cultural e a pressão por parte dos stakeholders podem influenciar o nível de divulgação. Hossain & Taylor (1998) sugerem que as empresas menos lucrativas divulgarão menos informações do que as empresas mais rentáveis.

A literatura também tem procurado tipificar a forma como as divulgações sobre RSC são efetuadas e relacioná-las com as características específicas das empresas. Sendo esse

também o objetivo do trabalho, procedeu-se à revisão dos estudos empíricos que a seguir se apresenta.

Na perspetiva de Dyduch & Krasodomska (2017), existem várias características que podem contribuir para a divulgação de informação de RSC e dividem-se fundamentalmente em três categorias: i) características financeiras (rendibilidade ou *leverage*), ii) corporate governance (dualidade de funções do CEO, presença de mulheres no Conselho de Administração, dimensão do Conselho de Administração) e iii) características individuais de cada empresa (setor a que pertence e a sua dimensão).

Toppinen et al. (2015) analisaram o conteúdo e os determinantes das divulgações voluntárias da RSC nas 100 (cem) maiores empresas de papel e celulose do mundo. Suportando-se na teoria dos stakeholders, chegaram à conclusão que o tamanho da empresa explica a qualidade da comunicação. Ademais, o tópico mais divulgado pelas empresas foi o ambiente e de seguida as questões da comunidade. Sendo a Carta do CEO e aplicações/redes sociais duas formas de comunicação de sustentabilidade global das empresas, os autores tinham dois objetivos definidos. Em primeiro lugar, investigar como elas diferem e em segundo lugar, analisar os impactos do local da sede da empresa (Europa, África e Oceânia, Ásia, América Latina e América do Norte), o tamanho da empresa e o papel dos recursos financeiros na qualidade da comunicação em RSC via canais de *social media* tradicionais ou novos.

Paralelamente, no estudo de Reverte (2009) sobre os *Determinantes dos ratings de divulgação de responsabilidade social das empresas cotadas em Espanha*, o autor chegou à conclusão de que as empresas com ratings de divulgações mais altos eram aquelas de dimensão e exposição aos *media* maiores, pertencentes a setores ambientalmente sensíveis. Por outro lado, os lucros e o *leverage* não se mostraram estatisticamente significativos. Assim, o estudo deste autor concretiza que a teoria da legitimidade, associadas às variáveis de exposição pública ou social, parece ser a teoria mais relevante para explicar as práticas de divulgação de RSC em Espanha.

Contudo, na literatura existe outra corrente de estudo, por exemplo o de Gamerschlag et al. (2011), onde concluem que do ponto de vista económico, as empresas podem divulgar essas informações para evitar ou diminuir os possíveis custos políticos. Os resultados

obtidos são consistentes com a teoria dos custos políticos. Concluíram ainda que maiores lucros está diretamente associado a mais divulgações ambientais e que o tamanho e o setor afetam a quantidade de divulgação de RSC. Os autores construíram um índice de divulgação de RSC com base nas diretrizes do GRI, chegando a uma amostra de 130 empresas cotadas alemãs (extraídos dos relatórios através da análise de conteúdo). Neste estudo, eles referiram que os diferentes ambientes de regulação entre a Alemanha e outros países da UE (como por exemplo o Reino Unido, França ou Holanda) com legislação mais rigorosa no que toca à RSE podem ter afetado os resultados.

Choi et al. (2010) no seu estudo com uma amostra retirada da bolsa da Coreia do Sul, cobrindo um período entre 2002 a 2008 e 1.222 observações empresas-anos, basearam-se em dois modelos: índice de RSC de igual ponderação e índice de RSC ponderado pelos stakeholders. Encontraram uma relação positiva significativa entre o desempenho financeiro corporativo e o índice de RSC ponderado pelos stakeholders, mas não quando o índice é de igual ponderação. Essa descoberta fornece evidências suficientemente robustas para apoiar a teoria instrumental dos stakeholders. Os resultados sugerem que é importante que uma empresa perceba quais as questões de RSE mais importantes para os seus stakeholders e que as iniciativas sociais tendem a melhorar os seus resultados.

Mais recentemente, surgiu um estudo de Mousa et al. (2018) sobre a associação entre a Governança corporativa e a divulgação de RSC. Usando um índice não ponderado, chegaram à conclusão de que a dimensão do Conselho de Administração e o número de Administradores Não-Executivos são determinantes, enquanto as variáveis de *Corporate governance* como a dualidade de funções do CEO, nº de mulheres no Conselho de Administração e o tamanho da Comissão de Auditoria não têm qualquer associação à divulgação de mais ou menos informação.

Efetuada a exposição das diferentes abordagens dos estudos sobre RSC, a Tabela 1 apresenta, resumidamente, os objetivos, as amostras, o período, a metodologia e a teoria em que se sustentam.

Tabela 1: Objetivos dos estudos empíricos revistos, amostra, metodologia e teoria

	Toppinen et al. (2015)	Reverte (2009)	Gamerschlag et al. (2011)	Choi et al. (2010)	Mousa et al. (2018)
Objetivos	Investigar como a Carta do CEO e aplicações/redes sociais diferem na comunicação sobre sustentabilidade global das empresas; analisar os impactos do local da sede da empresa, o tamanho da empresa e o papel dos recursos financeiros insuficientes na qualidade da comunicação em RSC via canais de social media.	Analisar se as características das empresas e a exposição aos media são potenciais determinantes da divulgação de RSC	Investigar os determinantes de divulgação voluntária de RSC, com base nas diretrizes do GRI.	Estudar a relação empírica entre a RSC e o desempenho financeiro corporativo.	Investigar a associação entre Governança Corporativa e Divulgação de RSC.
Amostra	100 (cem) maiores empresas de papel e celulose do mundo.	Empresas cotadas no IBEX 35 em Espanha	130 maiores empresas cotadas da Alemanha	1.222 observações empresas-anos, bolsa da Coreia do Sul	246 empresas cotadas dos 6 países do Conselho de Cooperação do Golfo (GCC - "Gulf Cooperation Council")
Período	2012	2005 a 2006	2005 a 2008	2002 a 2008	2016
Metodologia	Análise de regressão múltipla; Análise de conteúdo.	Modelo de regressão linear. Análise de conteúdo.	Análise de regressão	Modelo de regressão transversal e modelo de quatro fatores.	Modelos de regressão
Teoria	Teoria do Stakeholder	Teoria da legitimidade	Teoria dos custos políticos	Teoria Instrumental dos Stakeholders	Teoria da agência

Fonte: Sistematização Própria com base em revisão científica

No sentido de se contribuir para uma possível generalização da temática, apresenta-se de seguida a análise prática da presente investigação, começando-se por relatar os objetivos, a amostra, a metodologia de investigação, as hipóteses de investigação e por último os resultados.

Capítulo 3: Metodologia

3.1. Objetivos

“Research in accounting is concerned with solving problems, investigating relationships and building a body of knowledge. Good research generates the sound evidence needed to overturn or revise existing theories. “

(Smith, 2011:2)

Segundo Lopes (2015), através de diversos métodos e metodologias, as pesquisas académica e científica incorporam a maneira purista de adquirir novos conhecimentos. De acordo com Wahyuni (2012), o paradigma de investigação afeta a maneira de conduzir a pesquisa social, incluindo a escolha de uma metodologia de pesquisa específica.

Todo este processo é condicionado por vários fatores, tais como a posição ontológica do investigador (associada às crenças humanas e à compreensão da realidade), a sua posição epistemológica (associada à forma de aquisição ou natureza do conhecimento) e a metodologia, utilizada na recolha de evidência empírica (Lopes, 2015). Estes fatores, segundo Bhimani (2002), estão inseridos em diferentes tipos de investigação, salientando-se a investigação positivista, interpretativa e a investigação crítica. O primeiro tipo de investigação baseia-se na definição de hipóteses a estudar com vista a verificar se os dados obtidos confirmam os pressupostos iniciais. Por outro lado, o segundo paradigma apenas gera conclusões específicas, privilegiando-se métodos qualitativos e estudos de casos concretos. Por último, a investigação crítica é caracterizada pela grande ênfase dada à problemática do conflito social e organizacional. O paradigma de investigação adotado nesta dissertação é o positivismo, o qual defende que, segundo Wahyuni (2012), apenas fenómenos observáveis podem fornecer dados credíveis, ou seja, factos. Já Lopes (2015) acrescenta que a investigação será replicável baseada na generalização das suas descobertas e as relações de causa-efeito são testadas por meio de um raciocínio dedutivo.

Neste sentido, o objetivo geral da presente investigação consiste no estudo dos determinantes de divulgação da Responsabilidade Social Corporativa, para os exercícios de 2017 e 2018 pelas empresas portuguesas e espanholas, de acordo com a Diretiva 2014/95/UE. Por conseguinte, recorre-se a uma vasta revisão de literatura, à recolha de dados e respetivo tratamento estatístico.

Pretende-se como objetivos específicos: **1)** relacionar o relato não financeiro com a divulgação de informação de responsabilidade social corporativa; **2)** estudo do nível de cumprimento dos requisitos de divulgação da Informação não financeira das empresas ibéricas; **3)** Entender qual o estado do relato de informação não financeira das empresas espanholas e portuguesas; **4)** Perceber quais as características diferenciadoras nos grupos de empresas portuguesas e espanholas **5)** Procurar uma relação entre os resultados obtidos com a literatura existente e retirar as respetivas conclusões.

Procede-se então à respetiva caracterização da população, seguida do modelo estatístico utilizado, definição e justificação das variáveis de estudo e, finalizando com a formulação das hipóteses de investigação.

3.2. Amostra

3.2.1. Justificação

O presente estudo foca-se nas divulgações de RSC efetuadas pelas empresas Ibéricas. A escolha da amostra deveu-se fundamentalmente a três razões.

A primeira está relacionada com o facto de ambos os países partilharem de uma localização geográfica próxima e de cultura semelhantes. Sendo os dois países de origem *code-law* (Beekes et al., 2016) e tendo em conta o contexto cultural e institucional, existe a expectativa de se observar níveis semelhantes de divulgação de responsabilidade social (Silva et al., 2016).

A segunda razão prende-se com o facto de haver pouca pesquisa empírica sobre determinantes da RSC por parte de empresas espanholas e portuguesas. Segundo Reverte (2009), os estudos anteriores sobre determinantes de RSC pelas empresas espanholas concentram-se essencialmente apenas na dimensão “divulgação ambiental”, enquanto Branco & Delgado (2011) refere que em Portugal existe uma grande margem para expandir a quantidade de pesquisas sobre RSC e sugere ainda que é possível melhorar a diversidade do seu conteúdo e a sua cobertura geográfica.

Os períodos amostrais analisados são anteriores à entrada em vigor da Diretiva, pelo que a terceira razão deriva do facto de, com base na revisão de literatura, a maioria dos autores ao construírem o Índice de divulgação de RSC focarem-se nos princípios do GRI (Dias et al., 2017; Reverte, 2009; Silva et al., 2016). A presente dissertação vem acrescentar uma realidade diferente.

3.2.2. Seleção

Naturalmente, ao selecionar a amostra foram consideradas as disposições da Diretiva 2014/95/UE, de 22 de outubro de 2014, relativamente à sua adoção pelas grandes

sociedades/grupos dos Estados-Membros que sejam EIP, e pelas entidades de interesse público que sejam empresas-mãe de um grande grupo, e em que o número médio de trabalhadores seja superior a 500 (nas duas situações), tal como mencionado no ponto 2.3 da presente dissertação.

As sociedades cotadas em bolsa têm um nível de exigência de divulgações mais abrangente e, de acordo com Ballas & Tzovas (2010), a conformidade de divulgação é influenciada pelo estatuto de estar cotada no mercado de capitais, não esquecendo que a disponibilização de informação se encontra facilitada por estas se encontrarem reguladas. As empresas portuguesas foram selecionadas do PSI 20 (principal índice bolsista da Euronext Lisboa) e as espanholas do IBEX 35 (principal índice de referência da bolsa espanhola), uma vez que são constituídos pelas maiores empresas e com maior visibilidade nos respetivos países, sendo igualmente de maior representatividade a nível nacional. O período em análise compreendeu o ano económico que findou a 31 de dezembro de 2017 e 2018, uma vez que a Diretiva passou a ser aplicada nos relatórios dos períodos a partir do ano civil de 2017. Optou-se por incorporar mais do que um ano por forma a possibilitar uma análise de evolução quanto ao nível de divulgação. Assim, a amostra inicial expectável foi de 18 empresas portuguesas e 35 empresas espanholas.

3.2.3. Critérios de exclusão

Importa agora mencionar os critérios de exclusão da amostra (ver Anexo 3):

I. Situação na Bolsa de Valores

Por questões de comparabilidade, as empresas em que as respetivas operações bolsistas tenham sido suspensas ou excluídas no período em análise (2017 ou 2018) ou que não fizeram parte do Índice bolsista (PSI 20/IBEX 35) em ambos os anos, foram desconsideradas da amostra.

II. Ano económico não coincidente com o ano civil

Por forma a privilegiar a comparabilidade, apenas foram consideradas na amostra entidades em que o ano fiscal findasse em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018.

III. Informação não financeira indisponível

Verificou-se também a situação de indisponibilidade de informação não financeira e/ou de Responsabilidade Social Corporativa. Por força da Diretiva, esta abrange apenas as empresas que são EIP e em que o número médio de colaboradores seja superior a 500. Assim, por estarem fora do âmbito da Diretiva, estas empresas foram excluídas da amostra.

3.3. Recolha de dados

Definida a amostra, procedeu-se à recolha de dados. Extraíu-se uma lista das empresas do PSI 20 e do IBEX 35, chegando-se a uma população ajustada final de 47 empresas, das quais 16 portuguesas e 31 espanholas.

As informações financeiras e não financeiras das empresas foram recolhidas de forma manual tendo por base os relatórios e contas anuais consolidados das entidades para anos económicos que findaram a 31 de dezembro de 2017 e 2018.

Silva et al. (2016) elencam uma série de motivos para se justificar a opção pelos relatórios e contas anuais, das quais se destacam: elevado grau de credibilidade; são usados pelos stakeholders como fonte para se obter determinadas informações e por último, dadas as exigências legais, são produzidos regularmente pelas empresas, o que acaba por favorecer as comparações.

Ainda assim, tal como refere McMurtrie (2005), o relatório anual nem sempre é o único meio de divulgação de informação de RSC por parte das empresas, isto porque elas podem preparar um relatório separado, corroborado por Reverte (2009). Desta maneira, sempre que verificado, também se recorreu aos relatórios de Responsabilidade Social separadamente. Para além dos relatórios mencionados acima, foram também consultados os relatórios de governo societário por forma a complementar a informação necessária para a análise das variáveis de governo corporativo. A certificação legal de contas também foi consultada para se obter informação sobre o Auditor.

3.4. Modelo de Investigação

De modo a se perceber a extensão da divulgação de informação pelas empresas, vários investigadores têm utilizado a abordagem do Índice de divulgação (Said et al., 2009; Reverte, 2009; Rahman et al., 2011; Carvalho et al., 2018).

De acordo com estudos anteriores, o Índice de Divulgação é construído através do quociente entre o número de itens divulgados e o total dos itens que deverão ser divulgados aos utilizadores da informação (de acordo com a norma analisada), sendo que o tipo “não ponderado” é o mais indicado para a divulgação obrigatória, conforme defendido por vários autores (Marston & Shrives, 1991; Hossain, 2002).

Tendo em conta os objetivos do estudo supracitados, foi construído um Índice de divulgação não ponderado para os requisitos de divulgação exigidos pela Diretiva 2014/95/UE, na matéria de divulgação de informações não financeiras.

Com base nas exigências desta norma (vide *1.3 Diretiva 2014/95/UE, de 22 de outubro de 2014* da presente Dissertação), a lista com os itens a analisar é desagregada na Tabela 2 como sendo os principais requisitos de divulgação. A não divulgação destes itens, exigida pela Diretiva, enfraquece a utilidade da Demonstração não financeira aos interessados.

Tabela 2: Principais critérios de divulgação de RSC no âmbito da Diretiva 2014/95/UE

IDI n	Descrição
IDI 1	Breve descrição do modelo empresarial da empresa;
IDI 2	Políticas específicas relacionadas com questões ambientais;
IDI 3	Resultados da aplicação das políticas
IDI 4	Principais riscos associados e a forma como esses riscos são geridos
IDI 5	Indicadores-chave de desempenho
IDI 6	Políticas específicas relacionadas com questões sociais e relativas aos trabalhadores
IDI 7	Resultados da aplicação das políticas
IDI 8	Principais riscos associados e a forma como esses riscos são geridos
IDI 9	Indicadores-chave de desempenho
IDI 10	Políticas específicas relacionadas com o respeito dos Direitos Humanos
IDI 11	Resultados da aplicação das políticas
IDI 12	Principais riscos associados e a forma como esses riscos são geridos
IDI 13	Indicadores-chave de desempenho
IDI 14	Políticas específicas relacionadas com o combate à corrupção e tentativas de suborno
IDI 15	Resultados da aplicação das políticas
IDI 16	Principais riscos associados e a forma como esses riscos são geridos
IDI 17	Indicadores-chave de desempenho
IDI 18	A Demonstração não financeira consolidada deve incluir também, uma referência aos montantes inscritos nas demonstrações financeiras consolidadas e explicações adicionais relativas a esses montantes;

Fonte: Sistematização própria com base na Diretiva 2014/95/UE (UE, 2014)

Desta forma, foi construído o Índice de Divulgação de Informação:

$$IDI_i^{RSC} = \frac{\sum_{i=1}^n Y_i^{RSC}}{TD_i^{RSC}} \quad (1)$$

Em que:

IDI_i^{RSC} – Índice de divulgação de RSC na empresa i ;

Y_i^{RSC} – Divulgações observadas na empresa i ;

TD_i^{RSC} – Total dos requisitos exigidos de divulgação de RSC aplicáveis à empresa i .

Este Índice foi introduzido num modelo de regressão linear múltipla como variável dependente. Ademais, foram introduzidas também variáveis independentes (ver abaixo na Tabela 3).

Por outro lado, de maneira a responder ao objetivo específico da presente investigação O.2), foi formulado o seguinte modelo de regressão linear múltipla (MRL):

$$\text{IDI}^{\text{RSC}} i, t = \beta 0 + \beta 1 \text{ALTB} i, t + \beta 2 \text{PERCENTW} i, t + \beta 3 \text{BI} i, t + \beta 4 \text{MS} i, t + \beta 5 \text{SIZE} i, t + \beta 6 \text{ROE} i, t + \beta 7 \text{LEV} i, t + \beta 8 \text{ROT} i, t + \beta 9 \text{AUDCOMP} i, t + \beta 10 \text{NFIPREP} i, t + \beta 11 \text{INTEGREP} i, t + \beta 12 \text{COUNTRY} i, t + \beta 13 \text{SECTOR} i, t + \varepsilon i$$

(2)

3.5. Definição das variáveis

De acordo com a revisão dos estudos empíricos realizados e tendo em conta os objetivos da presente dissertação, foram definidas na tabela 3 as seguintes variáveis de estudo:

Tabela 3: Variáveis de estudo utilizadas

Sigla	Variável	Medição	Exemplos de fontes bibliográficas
<i>Variável Dependente</i>			
IDI RSC	Índice Divulgação de informação de RSC	Índice de divulgação	
<i>Variáveis Independentes</i>			
ALTB	Alterações no CA	Variável dummy, que assume o valor 1 se houve alterações e 0 caso contrário	Bear et al. (2010)
PERCTW	Mulheres no CA	Percentagem de mulheres no CA	Bear et al. (2010); Cha & Abebe (2016); Dyduch & Krasodomska (2017)
BI	Independência dos Administradores no CA	Percentagem de Administradores Independentes no CA	Said et al. (2009); Webb (2004); Javaid Lone et al. (2016)
MS	Acionista Maioritário	Variável dummy, que assume o valor 1 com acionista maioritário e 0 caso contrário	Reverte (2009); Fallah & Mojarrad (2019)
SIZE	Dimensão da empresa	Logaritmo natural do total do Ativo	Muttakin & Khan (2014); Dias et al. (2017); Fallah & Mojarrad (2019)
ROE	Return on Equity	<u>Res. Líquido</u> Cap. Próprios (3)	Said et al. (2009); Nekhili (2017)
LEV	Leverage - Endividamento	<u>Total Passivos</u> Total Ativos (4)	Brammer & Pavelin (2008); Rahman et al. (2011); Dyduch & Krasodomska (2017)
ROT	Rotação do Auditor	Variável dummy, que assume o valor 1 se houve rotação e 0 caso contrário	Johnson et al. (2002); Brooks et al. (2019)
AUDCOM P	Auditor	Variável assume valor de 1-PWC; 2-Deloitte; 3-KPMG; 4-EY	Dyduch & Krasodomska (2017)
NFIPREP	Preparação de Demonstração Não Financeira	Variável dummy, que assume o valor 1 se foi preparada e 0 caso contrário	(*)
INTEGRE P	Preparação Relatório Integrado	Variável dummy, que assume o valor 1 se foi preparado e 0 caso contrário	(**)
COUNTR Y	País	Variável assume valor de 1 para Portugal e 2 para Espanha	Wanderley et al. (2008); Beekes et al. (2016)
SECTOR	Sector de Atividade	(***)	Kolk & Pinkse (2010); Wanderley et al. (2008); Reverte (2009)

Fonte: Sistematização própria

A variável identificada com (*) assume o valor de 1 caso a empresa tenha preparado a Demonstração Não Financeira exigida pela Diretiva. No entanto, conforme previsto na mesma Diretiva, a empresa também pode optar por preparar um relatório em separado (ou mesmo dar um nome diferente, como por exemplo, Relatório de Responsabilidade Social Corporativa ou Relatório de Sustentabilidade), assumindo então o valor de 0. A variável Preparação do Relatório Integrado (**) nunca foi utilizada em estudos cujo objetivo fosse identificar os determinantes da divulgação de RSC, constituindo uma contribuição da presente investigação. Note-se que muitos estudos focam na relevância do Relato Integrado (Lopes et al., 2017; Reimsbach et al., 2018; Morros, 2016), mas não

como uma variável de estudo de RSC. A variável identificada com (***) assume os seguintes valores, conforme tabela abaixo:

Tabela 4: Classificação de Setores conforme o ICB

#	Setor
1	Indústrias
2	Serviços Financeiros
3	Bens de Consumo
4	Utilidades
5	Petróleo e Gás
6	Serviços ao consumidor
7	Materiais Básicos
8	Telecomunicações
9	Saúde
10	Tecnologia

Por questões de uniformidade e para abranger um leque maior de setores de atividade, optou-se por utilizar o ICB como o único referencial de classificação de setores.

3.6. Método de análise dos dados

Aqui procedeu-se à análise qualitativa das componentes, que incidiu sobre os Relatórios anuais consolidados (e outras fontes já referidas anteriormente – ver ponto 3.3 Recolha de Dados) das várias empresas que fazem parte da nossa amostra. Importa referir que os dados foram recolhidos de forma manual e analisados com a utilização do *software* da IBM SPSS versão 25. Esta é uma ferramenta que transforma os dados em informações importantes, podendo-se exportar tabelas e gráficos com o propósito de caracterizar a amostra com as estatísticas descritivas das variáveis em estudo que facilitará a obtenção dos resultados e por sua vez, respondendo aos objetivos da presente investigação. Não foi descurada a alternativa *Microsoft Excel*, utilizado como ferramenta complementar.

3.7. Hipóteses de investigação

Com base na revisão dos estudos empíricos e teóricos da presente investigação, apresenta-se de seguida as hipóteses de investigação que vão permitir entender quais os

determinantes de divulgação de Responsabilidade Social Corporativa nas empresas espanholas e portuguesas.

Alterações no Conselho de Administração

De acordo com Bear et al. (2010), as alterações no Conselho de Administração podem fornecer sinais externos aos investidores, contribuindo para a melhoria potencial da reputação e do desempenho financeiro da empresa. Neste sentido, é possível definir a primeira hipótese:

H1: Existe uma associação positiva entre alterações no Conselho de Administração e o nível de divulgação de RSC.

Presença de mulheres no Conselho de Administração

Segundo Bear et al. (2010), espera-se que a presença de mulheres tenha um impacto positivo na RSE, uma vez que o aumento de mulheres no Conselho de Administração, de acordo com Dyduch & Krasodomska (2017) está positivamente relacionado com o nível de caridade das empresas para as artes e a comunidade. Williams (2003), Cha & Abebe (2016) e Javaid Lone et al. (2016) também chegaram à mesma conclusão, ou seja, que existe uma ligação entre a proporção de mulheres no Conselho de Administração e a filantropia nas áreas de serviço comunitário e artes. Indo na mesma linha, Nekhili et al. (2017) mostram que as empresas com maiores divulgações de RSC nos seus relatórios são aquelas que têm uma maior dispersão de género no seu Conselho de Administração do que as empresas unicamente com Administradores masculinos. Sendo assim, é possível formular a seguinte hipótese de investigação:

H2: Quanto maior a proporção de mulheres no Conselho de Administradores face aos homens, maior será o nível de divulgação de Responsabilidade social.

Independência dos Administradores no Conselho de Administração

A literatura empírica sobre governança corporativa sugere que o grau de independência do Conselho de Administração está relacionado com a sua composição e esta promoverá a eficácia do Conselho (Said et al., 2009). De acordo com o estudo de Webb (2004), os Administradores independentes têm incentivos para preservar muito bem os interesses dos acionistas, sendo que as empresas socialmente mais responsáveis tinham na composição do seu Conselho de Administração mais administradores independentes, isto

em comparação com as empresas menos socialmente responsáveis. Na mesma linha de estudo, Javaid Lone et al. (2016) destaca que os Administradores independentes incentivam as empresas a apostar na melhoria da sua imagem através do investimento em RSC. Então, formula-se a seguinte hipótese:

H3: Existe uma associação positiva entre a proporção de Administradores independentes e o nível de divulgação de RSC.

Acionista Maioritário

Fallah & Mojarrad (2019) estudaram os efeitos da governança corporativa na divulgação da responsabilidade social corporativa de empresas e, no que concerne ao acionista maioritário, concluíram que esta característica influencia positivamente o nível de divulgação de RSC. Ou seja, nas empresas com participação maioritária dos acionistas existe a tendência de divulgar mais informações de RSE. Porém, a revisão de literatura sobre a relação causa-efeito entre o Acionista maioritário e a divulgação revela-se inconclusiva, uma vez que existem estudos que concluem que não existe qualquer ligação entre as duas variáveis (Dias et al., 2017; Gul & Leung, 2004), outros que constataam que existe uma associação negativa (Reverte, 2009; Chau & Gray, 2002; Muttakin & Khan, 2014). Assim, não foi assumido *a priori* qual o sinal da associação entre a divulgação de RSC e Acionista maioritário. Foi formulada a seguinte hipótese:

H4: Existe uma relação significativa entre o acionista maioritário e o nível de divulgação de RSC.

Dimensão da empresa

Reverte (2009) constatou que as empresas de maior dimensão são as que mais divulgam informação sobre RSC. Esta conclusão foi corroborada por vários investigadores, nomeadamente Gamerschlag et al. (2011), Rahman et al. (2011), Muttakin & Khan (2014) ou Akbaş & Canikli (2019). Isto acontece, pois, as empresas de maior dimensão encontram-se mais expostas aos stakeholders e serão alvo de maior escrutínio da comunidade internacional, o que as levará tendencialmente a mais iniciativas no âmbito da responsabilidade social (Branco & Rodrigues, 2008). Importa salientar que para a medição desta variável será utilizado na presente investigação o logaritmo natural (Ln) do Ativo. Outros estudos também já o fizeram (Choi et al., 2010; Rahman et al., 2011). Contudo, encontra-se na literatura, não só o Ln do Ativo, mas também a utilização

específica do valor do Ativo (Gamerschlag et al., 2010; Fallah & Mojarrad, 2018), o logaritmo da capitalização de mercado (Reverte, 2009; Beekes et al., 2016), ou até mesmo o logaritmo das vendas (Dias et al., 2017). Assim, é formulada a seguinte hipótese:

H5: Existe uma relação positiva entre a dimensão da empresa e a divulgação de RSC.

Return on Equity

O ROE é a razão entre o resultado líquido e o capital próprio (atribuível aos acionistas). No estudo de Said et al. (2009), o ROE é utilizado como uma variável de controlo (juntamente com o ROA – Return on Assets) para a medição da rendibilidade que tem sido amplamente empregue em investigações anteriores na área de RSC. Qiu et al. (2016) referem que esta variável é comumente usada em estudos sobre desempenho em RSC e chega à conclusão que não existe qualquer ligação entre o ROE e divulgações sobre indicadores ambientais e sociais. Por outro lado, Nekhili (2017) encontra uma associação negativa entre a performance da empresa (utilizando como indicador o ROE) e a divulgação de RSC. Sendo assim, foi formulada a seguinte hipótese de investigação:

H6: Existe uma relação negativa entre o ROE e a divulgação de responsabilidade social das empresas.

Leverage

Relativamente ao endividamento, de acordo com Brammer & Pavelin (2008), as empresas com menor leverage garantem que os credores exerçam menor pressão para restringir a ponderação de divulgação de RSC, chegando à conclusão de que as empresas mais endividadas estão menos propensas a exibir iniciativa de divulgação. Rahman et al. (2011) formularam a hipótese nos seus estudos de que as empresas com maior índice de divulgação de RSC são as que têm um menor leverage, todavia os resultados estatísticos demonstraram que essa associação era insignificante. Reverte (2009) demonstrou no seu estudo que a variável *leverage* não explica as diferenças no nível de divulgação.

Muitos autores utilizam a medição do leverage como a razão entre o Passivo total e o Ativo total (Reverte, 2009; Brammer & Pavelin, 2008; Rahman et al., 2011). Assim, é testada a seguinte hipótese:

H7: As empresas com maior índice de divulgação de RSC são as que têm um menor *leverage*.

Papel dos auditores (Auditor e Rotação do auditor)

A auditoria desempenha um papel importante na certificação da informação de responsabilidade social empresarial, na medida em que acrescenta credibilidade ao relatório (Reimsbach et al., 2018). Segundo Gomes et al. (2015), a importância da divulgação de informações de sustentabilidade corporativa é um instrumento para aumentar a reputação da empresa nesse âmbito. Está previsto na Diretiva 2014/95/UE que os auditores deverão certificar se foi ou não apresentada a Demonstração não financeira. De acordo com o estudo de Perego (2009), as empresas Big4 têm um impacto claramente positivo na qualidade da garantia em termos de relato e nos procedimentos utilizados na realização da verificação.

Na investigação de Dumitru et al. (2017) sobre práticas de divulgação de RSC na Polónia e Roménia, foi descoberto que os índices de informação divulgados eram mais altos nas empresas que tinham como auditor uma Big4 do que as outras, ou seja, verificaram que existe uma associação entre a divulgação de informações não financeiras com o auditor. Na perspetiva de Johnson et al. (2002), a rotação obrigatória da empresa de auditoria é dada como uma possibilidade de melhorar a qualidade dos relatórios financeiros.

Contudo, no estudo de Siregar et al. (2012) são elencados argumentos a favor e contra a rotação do auditor. Os exemplos a favor são: resolve a “possível” redução de independência e os declínios de qualidade dos relatórios, trazendo uma nova visão e inovações de auditoria. Por outro lado, aumenta os custos de inicialização da auditoria, aumenta o risco de falhas de auditoria e quanto maior a perpetuação do auditor maior será a qualidade de auditoria. Os resultados a que estes autores (ibid.) chegaram não defendem que a rotação obrigatória do auditor aumente a qualidade da auditoria, exatamente na mesma linha do estudo de Myers et al. (2003). Transpondo o tema para a responsabilidade social empresarial, Brooks et al. (2019) encontraram uma associação significativa e negativa entre o risco de RSC e o mandato do auditor. No seu estudo, foi descoberto que a probabilidade de mudança de auditor se intensifica com o aumento do risco de RSE. Então, as seguintes hipóteses de investigação são assim formuladas:

H8: Existe uma associação significativa entre o papel dos auditores e o nível de divulgação de RSC

H8.1: É possível verificar uma correlação significativa positiva entre o Auditor e o nível de divulgação de RSC.

H8.2: Existe uma associação significativa entre a rotação do auditor e o nível de divulgação de RSC.

Relatório Integrado

Os aspetos que o Relatório Integrado acrescenta, segundo Lopes et al. (2017), aumentam os benefícios para a empresa e também o impacto na sociedade no sentido em que o mercado as valorizará mais. De uma outra perspetiva, alguns autores descobriram que os bons Relatórios Integrados não passam de uma “ferramenta” para a melhoria da reputação e criar legitimidade corporativa (Haji & Anifowose, 2016; Steyn, 2014). Ainda assim, de acordo com Du Toit (2017) continua a ser importante que as empresas comuniquem a sua filosofia geral e o valor que adicionam a um grupo mais amplo de stakeholders. Esta investigadora refere que é importante que as empresas saibam lidar com a legibilidade dos seus relatórios. De acordo com Carrol & Shabana (2010), as empresas são motivadas a apresentar relatórios sociais para ilustrar que cumprem com as normas e expectativas sociais, tornando-as assim legítimas. As empresas vêem-se deparadas com a obrigação de divulgar vários relatórios (obrigatórios ou voluntários). A KPMG (2011) enumera os problemas que o Relatório Integrado vem resolver, tais como diferentes fontes de informação relatadas, aumento da extensão e complexidade dos relatórios, a omissão de informações importantes e inclusão de irrelevantes. Tudo contribui para a falta de transparência e aumento da frustração dos utilizadores e preparadores das informações. A adoção do Relato Integrado é voluntária para a maioria dos países (incluindo Portugal e Espanha) e agrupa os diversos relatórios (obrigatórios ou voluntários) na prestação de contas, assumindo como objetivo ultrapassar a confusão e apresentar um relato claro, conciso e transparente (IIRC, 2013).

Neste sentido, torna-se relevante compreender até que ponto pode ou não ser um determinante de divulgação de RSC. Assim, tendo em consideração que esta variável pretende apresentar-se como um contributo original da presente investigação, é formulada a seguinte hipótese:

H9: Existe uma relação significativa positiva entre o Índice de divulgação de RSC e as empresas que preparam o Relatório Integrado.

Setor de atividade e País

Muitos autores reconhecem a sensibilidade e a visibilidade do setor em que a empresa atua. De acordo com Kolk & Pinkse (2010), em setores com altos impactos ambientais e sociais houve uma dinamização e aumento dos relatórios de responsabilidade social.

Este autor acrescenta ainda que o país também tem sido importante nos debates sobre governança corporativa e RSC. De acordo com Beekes et al. (2016), o nível de governo corporativo da empresa é influenciado pelas molduras institucionais gerais em vigor no país e dá como exemplos o nível de proteção dos acionistas e aplicação de requisitos legais.

Com base na revisão empírica, Reverte (2009) tipifica os setores “mais sensíveis” como sendo aqueles com maior risco de virem a ser criticados sobre assuntos de RSC, uma vez que as atividades deles envolvem maior risco de impacto ambiental, citando alguns: mineração, petróleo e gás, indústria dos químicos, silvicultura e papel, eletricidade e água. Devido ao facto de estes estarem mais sujeitos a pressões por parte dos stakeholders, é expectável que divulguem mais.

Wanderley et al. (2008) chegaram à conclusão que existe uma relação entre estas duas variáveis, setor de atividade e país, e a divulgação de informações sobre RSC. Tendo em conta os estudos dos autores acima referidos, foram formuladas as seguintes hipóteses de investigação:

H10: É possível verificar uma relação significativa entre o país e o nível de divulgação de RSC.

H11: O setor de atividade influencia positivamente a empresa a divulgar informações de RSC.

Capítulo 4: Resultados e Discussão

Neste capítulo irão ser apresentados e analisados os resultados obtidos para a presente investigação tendo em conta os pressupostos anteriormente adotados e as expectativas criadas em torno do tema de investigação.

Após efetuada a revisão de literatura, recolha de dados e posterior tratamento e análise, torna-se fundamental, em primeiro lugar, recorrer à estatística descritiva por forma a

ajudar na descrição das diversas variáveis utilizadas no presente estudo e, em segundo lugar, à avaliação das medidas de correlação e associação entre o Índice de divulgação e as variáveis independentes do estudo. Por último, procede-se à análise do modelo de regressão linear múltipla.

Ao longo da análise de resultados, as variáveis irão ser caracterizadas, sempre que pertinentes, por IDI^{RSC} .

4.1. Análise Descritiva das variáveis

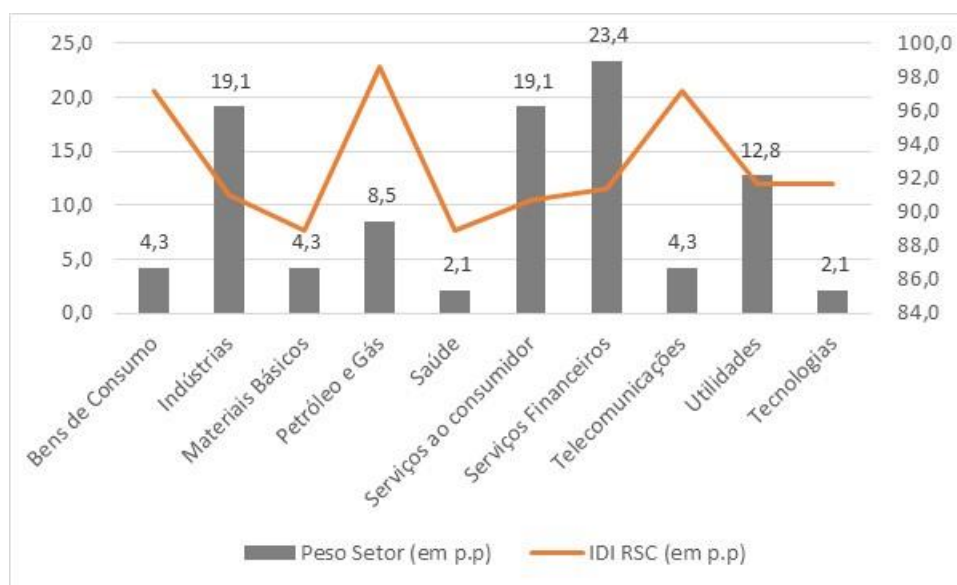
Em estatística descritiva, a caracterização da amostra é feita de forma diferente para as variáveis qualitativas e variáveis quantitativas. As variáveis qualitativas são aquelas em que a escala de medida apenas indica a sua presença em categorias de classificação e para estas variáveis devem ser efetuadas análises com base em tabelas de frequências (Maroco, 2007). Alguns exemplos presentes na investigação são: o Auditor ou a apresentação da informação em Relatório Integrado, país, entre outros.

Em contrapartida, as variáveis classificadas como quantitativas são aquelas em que a escala de medida permite uma ordenação e quantificação de diferenças entre elas, uma vez que apresentam valores numéricos numa escala contínua (ibid.).

A presença de mulheres no Conselho de Administração, percentagem de Administradores Independentes no Conselho de Administração, a Dimensão da empresa, o ROE e o Leverage são as variáveis quantitativas presentes no estudo, para as quais foram calculadas as medidas de tendência central (média), dispersão (desvio-padrão), assimetria (skewness) e achatamento (curtose), bem como são identificados o mínimo e o máximo. A variável dependente, ou seja, o Índice de divulgação de RSC é classificado e analisado igualmente como uma variável quantitativa.

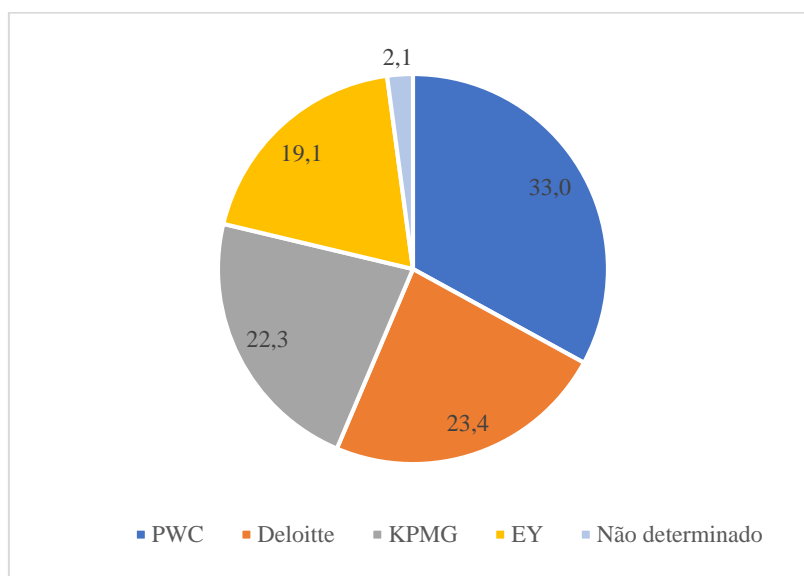
Na Figura 2 pode-se observar a subdivisão por setor de atividade e o respetivo IDI^{RSC} por cada setor. É de salientar que os setores mais representados são os serviços financeiros, indústrias e serviços ao consumidor. Por outro lado, os menos representados são a Saúde e Tecnologias. Os setores com maior índice de divulgação de Responsabilidade Social Corporativa são Petróleo e Gás, seguido das Telecomunicações.

Figura 2: Subdivisão por setores de atividade e IDI RSC por setor (em pontos percentuais)



Relativamente ao auditor, todas as empresas no período em análise são auditadas por empresas denominadas Big 4, sendo que a PWC com 33p.p é que a detém a maior fatia, seguido da Deloitte, KPMG e por último a EY, conforme se pode observar na Figura 3.

Figura 3: Empresas Big 4 como Auditores, referentes aos períodos 2017 e 2018



De acordo com o evidenciado na tabela 5, para um universo de 94 observações empresariais, 34% são portuguesas e 66% espanholas. A rotação do auditor apenas se verificou em 24,5% das observações. É de destacar ainda que só 30,9% das empresas apresentam a sua informação através do Relatório Integrado. Verifica-se que a maioria das empresas

prepararam e incluíram a Demonstração Não Financeira no Relatório de Gestão, conforme exige a Diretiva 2914/95/UE, sendo que a outra alternativa (também prevista na mesma Diretiva) em preparar um relatório em separado foi exercida por 44,7% (ou dar outro nome diferente de “Demonstração Não Financeira”, substituindo por exemplo para “Relatório de Responsabilidade Social ou “Relatório de Sustentabilidade”, etc).

Tabela 5: Frequências das variáveis dummy

Variáveis	Categorias	Frequência	Porcentagem
COUNTRY	Portugal	32	34,0
	Espanha	62	66,0
ROT	Não	71	75,5
	Sim	23	24,5
INTEGREP	Não	65	69,1
	Sim	29	30,9
ALTB	Não	31	33,0
	Sim	63	67,0
MS	Não	63	67,0
	Sim	31	33,0
NFIPREP	Não	42	44,7
	Sim	52	55,3
	Total	94	100,0

No que toca à caracterização da amostra através das variáveis quantitativas, presentes na Tabela 6 abaixo, constata-se que a média de mulheres no CA é de 21,27%, enquanto a média dos Administradores Independentes no CA é de 43,46%. A Dimensão da empresa, calculada através do Ln do total do Ativo, mostra um valor médio de 16,45, sendo a variável que apresenta o desvio padrão mais baixo e a única presente na tabela com um valor de assimetria maior que zero, traduzindo-se numa distribuição com enviesamento positivo ou assimétrico à direita. Quanto à variável ROE, esta apresenta um valor máximo de 42,97% e mínimo de -25,78%, o que significa que nesta situação apresentada com o valor negativo não está a ser gerado valor ao acionista. Em relação ao coeficiente de achatamento ou Curtose, esta variável apresenta um valor maior que zero, o que indica uma distribuição leptocúrtica. A variável *leverage*, que mede o endividamento das empresas, apresenta um valor médio de 68,44%.

Ainda na tabela 6, pode-se observar que o índice médio de divulgação de RSC da nossa amostra situa-se nos 92,2%, o que demonstra um elevado

comprometimento das empresas para com a Diretiva 2014/95/UE. O coeficiente de assimetria calculado pelo SPSS para a variável dependente é de -1,59. Isto significa, segundo Maroco (2007), que a distribuição se concentra no lado direito com uma longa cauda para o lado esquerdo, ou seja, a distribuição é assimétrica à esquerda ou com enviesamento negativo.

Tabela 6: Estatísticas descritivas das variáveis quantitativas

Variável	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-Padrão	Assimetria	Curtose
IDIRSC	94	55,56	100,00	92,20	11,47	-1,59	1,97
PERCTW	94	0,00	41,67	21,27	9,87	-0,33	-0,57
BI	94	0,00	77,78	43,46	19,71	-0,76	0,09
SIZE	94	12,97	21,10	16,45	1,86	0,35	-0,25
ROE	94	-25,78	42,97	12,72	9,45	-0,09	3,56
LEV	94	24,26	94,55	68,44	17,63	-0,31	-0,35

4.2. Medidas de associação – Coeficientes de correlação

Este subcapítulo foca-se nas medidas de associação, que quantificam a intensidade e a direção de associação entre duas variáveis. Segundo Maroco (2007), para explicar as relações causais entre as variáveis utilizadas na presente investigação utilizam-se os coeficientes de correlação, outro nome vulgarmente dado para as medidas de associação. Assim, subdividiu-se a análise bivariada em duas partes: primeiramente, o coeficiente de Spearman e de seguida o coeficiente de Pearson.

A classificação da intensidade de associação, segundo Laureano & Botelho (2012), é feita conforme a tabela de classificação 7 indicada abaixo.

Tabela 7: Classificação da intensidade de relação

Valor	Intensidade
$p = 0$	Ausência de relação
$0 < p < 0,2$	Relação muito fraca
$0,2 = p < 0,4$	Relação fraca
$0,4 = p < 0,7$	Relação moderada
$0,7 = p < 0,9$	Relação forte
$0,9 = p < 1$	Relação muito forte
$p = 1$	Relação perfeita

4.2.1. Coeficiente de Spearman

Em primeiro lugar, na análise à intensidade de associação entre as variáveis utilizou-se o coeficiente não paramétrico de Spearman e interpretou-se a associação linear.

Ao observar a tabela 8, é possível verificar que a correlação é significativa para um nível de significância de 1% e a intensidade da associação linear é baixa/fraca entre as variáveis IDI^{RSC} e SIZE (r=0,310; p=0,002) e também entre o IDI^{RSC} e INTEGREP (r=0,269; p=0,009). Estas associações indicam que o Índice de divulgação de RSC está positivamente associado à dimensão da empresa e que se divulgou as informações não financeiras através do Relato Integrado.

Na mesma tabela, verifica-se que para um nível de significância de 1% existe correlação significativa e a intensidade da associação linear é moderada entre as variáveis SIZE e LEV (r=0,488; p=0), o que indica que quanto maior a dimensão das empresas analisadas, maior o endividamento. Por último, realça-se a associação linear negativa entre o ROE e o LEV (r=-0,257; p=0,012) para um nível de significância de 5%. Ou seja, quanto maior a rentabilidade das empresas analisadas, menor o endividamento.

Tabela 8: ró de Spearman

Variáveis	IDIRSC	ALTB	PERCT W	BI	MS	SIZE	ROE	LEV	ROT	AUDCO MP	NFIPRE P	INTEGR EP	COUNT RY	SECTO R
IDIRSC	1	0,155 0,137	0,177 0,087	0,08406 0,421	0,114 0,272	,310** 0,002	-0,149 0,153	0,046 0,663	-0,085 0,414	0,036 0,731	0,116 0,265	,269** 0,009	,206* 0,046	0,078 0,455
ALTB		1	0,076 0,466	,331** 0,001	- ,230* 0,026	,327** 0,001	-0,104 0,319	,209* 0,043	0,031 0,768	0,113 0,282	-0,130 0,213	-0,021 0,838	,356** 0,000	-0,069 0,506
PERCTW			1	,340** 0,001	-0,131 0,208	0,106 0,310	0,078 0,452	0,038 0,719	-0,100 0,340	0,110 0,296	0,078 0,454	- ,248* 0,016	0,172 0,097	-0,149 0,151
BI				1	- ,270** 0,008	,397** 0,000	-0,095 0,361	,262* 0,011	-0,137 0,189	0,010 0,926	0,060 0,568	-0,056 0,591	,537** 0,000	0,002 0,987
MS					1	- ,358** 0,000	-0,041 0,693	- ,241* 0,019	0,074 0,476	0,159 0,130	-0,007 0,948	- ,224* 0,030	- ,356** 0,000	0,185 0,075
SIZE						1	- ,328** 0,001	,488** 0,000	-0,062 0,550	-0,049 0,645	0,177 0,089	0,123 0,239	,458** 0,000	- ,212* 0,040
ROE							1	- ,257* 0,012	-0,057 0,585	,231* 0,027	-0,154 0,138	-0,129 0,214	0,039 0,707	,335** 0,001
LEV								1	-0,114 0,272	0,118 0,264	,228* 0,027	0,074 0,477	0,181 0,080	- ,250* 0,015
ROT									1	0,029 0,785	0,014 0,895	-0,059 0,574	-0,166 0,111	0,031 0,763
AUDCOMP										1	0,038 0,720	- ,272** 0,009	-0,066 0,535	0,080 0,451
NFIPREP											1	-0,002 0,985	0,077 0,462	-0,082 0,429
INTEGREP												1	,334** 0,001	-0,066 0,525
COUNTRY													1	-0,076 0,469
SECTOR														1

Notas:

** . A correlação é significativa ao nível de significância de 0,01 (2 extremidades);

* . A correlação é significativa ao nível de significância de 0,05 (2 extremidades).

4.2.2. Coeficiente de Pearson

Em segundo lugar utilizou-se o coeficiente de correlação de Pearson (R de Pearson), que mede a força da relação e a direção da associação entre duas variáveis quantitativas.

Após o cálculo do coeficiente de correlação R de *Pearson*, é possível concluir que existem de facto correlações significativas.

Conforme se observa na tabela 9, para a variável IDI^{RSC} e presença de mulheres no CA, verifica-se uma associação positiva ($r=0,293$; $p=0,004$) para um nível de significância de 1%. Ou seja, quanto maior a presença de mulheres, maior será a divulgação de RSC.

Entre a variável independente BI e a PERCTW, para um nível de significância de 1% existe uma relação significativamente positiva ($r=0,272$; $p=0,008$). Assim, pode-se concluir que quanto maior a proporção de administradores independentes no Conselho de Administração, maior é igualmente a proporção de mulheres de determinada empresa.

Para finalizar, destaca-se a associação positiva, para um nível de significância de 1%, entre a dimensão e a percentagem de Administradores Independentes ($r=0,402$; $p=0,000$)

Tabela 9 – Coeficiente ró de Pearson,

Variáveis	IDIRSC	ALTB	PERCTW	BI	MS	SIZE	ROE	LEV	ROT	AUDCO MP	NFIPRE P	INTEGR EP	COUNT RY	SECTOR
IDIRSC	1													
ALTB	0,170 0,101	1												
PERCTW	,293** 0,004	0,110 0,291	1											
BI	0,083 0,426	,325** 0,001	,272** 0,008	1										
MS	0,028 0,789	-,230* 0,026	-0,162 0,118	-,245* 0,017	1									
SIZE	,356** 0,000	,315** 0,002	0,175 0,092	,402** 0,000	-,355** 0,000	1								
ROE	-0,095 0,361	-0,058 0,577	0,102 0,328	-0,056 0,592	-0,061 0,560	-,232* 0,025	1							
LEV	0,070 0,501	0,184 0,075	0,079 0,450	,244* 0,018	-,229* 0,027	,550** 0,000	-0,174 0,094	1						
ROT	-0,117 0,262	0,031 0,768	-0,117 0,263	-0,154 0,137	0,074 0,476	-0,062 0,553	-0,112 0,284	-0,115 0,270	1					
AUDCOMP	0,074 0,482	0,092 0,382	0,096 0,362	-0,094 0,373	0,175 0,094	-0,063 0,552	0,204 0,051	0,115 0,275	0,040 0,703	1				
NFIPREP	0,198 0,056	-0,130 0,213	0,112 0,282	0,057 0,588	-0,007 0,948	0,194 0,061	-0,118 0,259	0,187 0,072	0,014 0,895	0,056 0,599	1			
INTEGR EP	,255* 0,013	-0,021 0,838	-0,192 0,063	0,048 0,649	-,224* 0,030	0,100 0,338	-,211* 0,041	0,085 0,416	-0,059 0,574	-,268** 0,010	-0,002 0,985	1		
COUNTRY	,274** 0,008	,356** 0,000	,214* 0,038	,587** 0,000	-,356** 0,000	,466** 0,000	0,029 0,783	0,133 0,200	-0,166 0,111	-0,080 0,447	0,077 0,462	,334** 0,001	1	
SECTOR	0,029 0,779	-0,062 0,554	-0,166 0,109	0,006 0,951	0,127 0,223	-,231* 0,025	,271** 0,008	-,215* 0,038	0,020 0,849	0,074 0,483	-0,084 0,419	-0,052 0,616	-0,044 0,676	1

Notas:

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades);

* . A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

4.3. Modelo de Regressão Linear

O termo Regressão linear serve para definir técnicas estatísticas usadas para modelar relações entre variáveis e prognosticar o valor de uma variável dependente a partir de um conjunto de variáveis independentes (Maroco, 2007).

O modelo de regressão Linear múltipla é um modelo matemático que pode relacionar um número de variáveis independentes a uma variável dependente (Tabish & Jha, 2011). Posto isto, este subcapítulo aborda o modelo propriamente dito, como ferramenta que irá contribuir para se chegar ao objetivo da presente dissertação, as determinantes de divulgação de informação de Responsabilidade Social Corporativa. Segue-se abaixo a equação final do modelo obtido:

$$\text{IDI}^{\text{RSC}} i = 31,55 + 5,004\text{ALTB} + 0,434\text{PERCENTW} - 0,125\text{BI} + 7,061\text{MS} + 3,148\text{SIZE} - 0,024\text{ROE} - 0,139\text{LEV} - 3,829\text{ROT} + 0,957\text{AUDCOMP} + 3,176\text{NFIPREP} + 9,616\text{INTEGREP} - 0,279\text{COUNTRY} + 0,846\text{SECTOR}$$

Tabela 10: Resultados do Modelo de Regressão Linear Múltipla

Modelo	Coefficientes não padronizados	Coefficientes padronizados	t	Sig.	Estatísticas de colinearidade	
	Beta	Beta			Tolerância	VIF
(Constante)	31,355		2,763	0,007		
ALTB	5,004	0,204	2,058	0,043	0,712	1,405
PERCTW	0,434	0,366	3,810	0,000	0,758	1,319
BI	-0,125	-0,215	-1,885	0,063	0,537	1,861
MS	7,061	0,288	2,917	0,005	0,718	1,393
SIZE	3,148	0,510	3,919	0,000	0,414	2,417
ROE	-0,024	-0,019	-0,199	0,843	0,734	1,363
LEV	-0,139	-0,211	-1,884	0,063	0,556	1,798
ROT	-3,829	-0,142	-1,596	0,115	0,883	1,132
AUDCOMP	0,957	0,094	1,002	0,320	0,799	1,252
NFIPREP	3,176	0,138	1,531	0,130	0,866	1,154
INTEGREP	9,616	0,381	3,770	0,000	0,685	1,459
COUNTRY	-0,279	-0,012	-0,087	0,931	0,400	2,503
SECTOR	0,846	0,178	1,904	0,061	0,801	1,249

Conforme observado na tabela acima, é possível verificar que a variável ALTB (B=5,004; p=0,043) é significativa para um nível de significância de 0,05. Por outro lado, as variáveis PERCENTW (B=0,434; p=0), MS (B=7,061; p=0,005), SIZE (B=3,148; p=0) e INTEGREP (B=9,616; p=0) são significativas para um nível de significância de 0,01. As restantes variáveis revelam não ter um efeito estatisticamente significativo sobre o índice de divulgação de responsabilidade social corporativa.

4.3.1. Validação do Modelo através dos pressupostos

Para ser possível alcançar inferência estatística através dos dados recolhidos, torna-se necessário o cumprimento (cumulativamente) dos seguintes pressupostos:

1. Existência de Relação Linear;
2. Homocedasticidade dos erros;

3. Distribuição normal dos erros;
4. Erros independentes
5. Ausência de problemas de multicolinearidade dos erros

A equação formulada que descreve a relação funcional entre uma variável dependente (Y) e outras variáveis independentes X (X_i ; $i=1, \dots, 13$), é do tipo linear entre a variável dependente e as diversas variáveis independentes [1]. A Variância dos erros é constante qualquer que seja o valor assumido pelo IDI [2].

A nossa amostra é constituída por 94 observações. Portanto, tendo por assunção o teorema do limite central, o pressuposto da Distribuição normal dos erros encontra-se automaticamente validado [3]. Ao realizar o teste de Durbin-Watson, podemos verificar que os erros não estão correlacionados ou são independentes [4].

Quando as variáveis independentes (preditores) estão fortemente correlacionadas entre si, a análise do modelo de regressão ajustado torna-se confusa e sem significado. Assim, para validar a ausência de problemas de multicolinearidade dos erros, de acordo com Maroco (2007), realiza-se um diagnóstico de multicolinearidade, utilizando para o efeito a análise ao Factor de Inflação de Variância ou VIF (Variance Inflation Factor).

Ao observar os valores na tabela 10, verifica-se que valores de VIF são inferiores a 10. Por conseguinte, podemos afirmar que não se verifica a presença de multicolinearidade nas variáveis independentes. Porém, a inexistência de problemas de multicolinearidade também pode ser verificada na análise das medidas de associação (vide subcapítulo 4.2 – Medidas de associação). A existência de correlações bivariadas elevadas ($> 0,75$) entre as variáveis independentes podem conduzir à existência de problemas de multicolinearidade. Das análises efetuadas às variáveis independentes utilizadas na presente investigação é possível concluir que não existem problemas de multicolinearidade [5].

4.3.2. R^2 Ajustado e Teste de auto correlação

Numa investigação desta natureza, utiliza-se o coeficiente de determinação R^2 como medida da dimensão do efeito das variáveis independentes sobre a variável dependente, sendo este coeficiente uma das estatísticas da qualidade de ajustamento mais popular (Maroco, 2007). Contudo, este coeficiente é sensível à incorporação de mais variáveis independentes, ou seja, tendencialmente irá aumentar o R^2 . Assim, sugere-se a utilização

do R^2 ajustado. Este novo indicador aumenta apenas se a adição da nova variável conduzir a um melhor ajustamento do modelo aos dados.

A qualidade do modelo pode ser avaliada pelo coeficiente de correlação, coeficiente de determinação, coeficiente de determinação ajustado e erro padrão da regressão. Ora ao observar a Tabela 11, verifica-se que o coeficiente de correlação mostra uma relação de intensidade moderada entre o índice de divulgação de RSC e as características empresariais ($R = 0,679$). Já o coeficiente de determinação ($R^2 = 0,461$) revela que uma proporção moderada do índice de divulgação RSC é explicada pelo MRL, ou seja, pelas características das empresas, uma vez que, 46,1% da variação do índice de divulgação é explicada pelas variáveis independentes do estudo e os restantes 54,9% da variação é explicada por outros fatores ou erros de medição. Por sua vez, com o coeficiente de determinação ajustado (R^2 ajustado = 0,363) pode-se afirmar que 36,3% da variabilidade total do índice de divulgação de responsabilidade social é explicado pelo modelo de regressão linear ajustado.

Tabela 11: Resumo do modelo de Regressão Linear

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa	Durbin-Watson
MRL	0,679	0,461	0,363	9,22309	1,673

Quando definimos o MRL, referimos que os resíduos (ou erros) do modelo servem para se estimar e validar os coeficientes e os pressupostos do modelo de regressão. A inferência do modelo só é válida quando os erros apresentam uma distribuição normal de média nula e quando os erros são independentes (ibid). Posto isto, o pressuposto dos erros terem média nula é verificado através da análise das estatísticas dos resíduos e conforme observado na tabela 12 abaixo, a média dos resíduos é zero.

Tabela 12: Estatística dos resíduos (a)

	Mínimo	Máximo	Média	Erro Desvio	N
Valor previsto	72,2572	109,2477	92,3308	7,84468	92
Resíduo	-23,88214	21,30184	0,00000	8,48401	92
Erro Valor previsto	-2,559	2,156	0,000	1,000	92
Erro Resíduo	-2,589	2,310	0,000	0,920	92

a. Variável Dependente: IDI RSC

Através do teste de Durbin-Watson (DW - teste de auto correlação), podemos validar o pressuposto de independência dos resíduos. O DW assume valores num intervalo de 0 a 4. Para se verificar que não existe auto correlação, o DW deverá estar na vizinhança de 2. Caso seja muito menor ou muito maior que 2, verificar-se-á que existe auto correlação positiva e auto correlação negativa, respetivamente. Atendendo à tabela 10, no caso da nossa investigação o DW assume o valor de 1,673, ou seja, não existe auto correlação de erros e por conseguinte, é possível inferir que os erros não violam o pressuposto da independência.

4.3.3. Aderência global do modelo

No que toca à aderência global do modelo, o teste F (ANOVA) irá permitir verificar se o modelo pode ou não ser aplicado para realizar inferência estatística. Ou seja, na prática este teste verifica se existe pelo menos uma variável explicativa com coeficiente não nulo e assim poder afirmar que o modelo em questão possui capacidade explicativa.

Ao observar a tabela 13, é perceptível que $F(14,77) = 4,702$ com um p-value $<0,001$ associado (Sig.) que, por sua vez, é menor do que um nível de significância de 1%. Conclui-se então que o modelo é adequado para explicar a relação entre o índice de divulgação de responsabilidade social corporativa e as variáveis individualmente consideradas, logo é globalmente aderente.

Tabela 13: Teste ANOVA

Modelo		Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	F	Sig.
MRL	Regressão	5 600,052	14	400,004	4,702	0,000
	Resíduo	6 550,035	77	85,065		
	Total	12 150,087	91			

4.4. Análise das hipóteses de investigação

No capítulo anterior foram formuladas hipóteses de investigação com base na revisão de literatura. De acordo com o modelo obtido, agora é possível retirar as devidas conclusões. Após a análise individual de cada hipótese é possível verificar um resumo com todos os resultados das validações obtidas (vide abaixo na Tabela 14).

No que respeita à hipótese **H1** (Existe uma associação positiva entre alterações no Conselho de Administração e o nível de divulgação de RSC), ao observar os coeficientes relacionados com a variável ALTB, pode-se concluir que não se deve rejeitar **H1**, para um nível de significância de 5%. Assim, realça-se que alterações no Conselho de Administração pode aumentar os níveis de divulgação de RSC.

Relativamente à hipótese **H2** (“Quanto maior a proporção de mulheres no Conselho de Administração face aos homens, maior será o nível de divulgação de RSC”) não é rejeitada para um nível de significância de 1%, uma vez que se verifica que a variável em questão é estatisticamente significativa e apresenta-se com o sinal positivo. Assim, podemos afirmar que quanto maior a presença de mulheres no Conselho de Administração, maior será o nível de divulgação de informação sobre responsabilidade social corporativa. Estas conclusões estão em linha com as obtidas por outros autores, como por exemplo Dyduch & Krasodomska (2017), Nekhili et al. (2017), Bear et al. (2010).

No que diz respeito à **H3**, (Existe uma associação positiva entre a proporção de Administradores independentes e o nível de divulgação de RSC) deve ser rejeitada, uma vez que os coeficientes relacionados com a variável BI se apresentam com sinal negativo. A literatura empírica sugere que os Administradores independentes incentivam ao investimento em RSC (Javaid Lone et al., 2016), contudo no nosso estudo não é possível chegar-se a tal conclusão.

A **H4**, de que existe uma relação significativa entre o acionista maioritário e o nível de divulgação de RSC, não deve ser rejeitada para um nível de significância de 1%. Tendo em conta o coeficiente obtido, podemos concluir que existe uma relação significativa

positiva entre acionista maioritário e o nível de divulgação de RSC. Este resultado corrobora o estudo de Fallah & Mojarrad (2019), mas não é convergente com Reverte (2009) e Chau & Gray (2002), pois estes últimos autores haviam constatado que a associação era negativa.

É consensual para muitos autores que a dimensão influencia a divulgação de informação de responsabilidade social. Na validação da hipótese 5 (**H5**: Existe uma relação positiva entre a dimensão da empresa e a divulgação de RSC), chegamos à conclusão que não deve ser rejeitada, para um nível de significância de 1%. Esta variável é de facto estatisticamente significativa. Quer isto dizer que as conclusões chegadas são convergentes com vários autores, com destaque para Gamerschlag et al. (2011), Akbaş & Canikli, (2019), Rahman et al. (2011).

Em relação à **H6** (Existe uma relação negativa entre o ROE e a divulgação de responsabilidade social das empresas), esta hipótese não deve ser rejeitada, uma vez que, apesar de a variável não ser estatisticamente significativa, o coeficiente obtido aparece com o sinal negativo. Assim, podemos chegar à mesma conclusão que Nekhili (2017), pois este autor constatou que existia uma associação negativa entre o ROE e a divulgação de RSC.

Na validação da **H7** (As empresas com maior índice de divulgação de RSC são as que têm um menor leverage), conclui-se que a mesma não deve ser rejeitada, uma vez que a relação é inversa, apesar de ser estatisticamente insignificante, o que a torna convergente com as conclusões de Rahman et al. (2011).

Tal como foi possível verificar anteriormente, existe alguma controvérsia no que diz respeito à influência do auditor (e a sua rotação) na divulgação da informação sobre responsabilidade social corporativa. Os resultados obtidos para a validação das hipóteses relativas aos auditores (**H8.1** e **H8.2**) permitem-nos chegar à conclusão que a Rotação ou a empresa que audita não são significativas na divulgação de informação sobre responsabilidade social corporativa.

Dumitru et al. (2017) tinham chegado à conclusão de que os índices de divulgação de informação não financeira eram mais altos nas entidades que eram auditadas por empresas Big4. Ora o facto de todas as entidades analisadas na presente investigação serem auditadas por empresas Big4 pode ser a explicação para não se chegar à mesma conclusão, o que constitui uma limitação no presente trabalho. Assim, ambas as hipóteses devem ser rejeitadas.

A **H9** (Existe uma correlação significativa positiva entre o Índice de divulgação de RSC e as empresas que preparam o Relatório Integrado) não deve ser rejeitada e é suportada pelo coeficiente obtido (Beta=9,616) e o nível de significância de 1%. Podemos chegar à conclusão que existe uma relação significativa positiva entre as empresas que preparam o Relatório Integrado e o nível de divulgação de Responsabilidade Social Corporativa, que será mais elevado em comparação com as empresas que não preparam.

Relativamente à hipótese **H10**, sobre se existe uma relação significativa entre o país e o nível de divulgação de RSC, esta deve ser rejeitada, uma vez que a variável COUNTRY não é estatisticamente significativa.

Por último, a **H11** (O setor de atividade influencia positivamente a empresa a divulgar informações de RSC) não deve ser rejeitada, uma vez que SECTOR se apresenta com o sinal positivo, apesar de não ser estatisticamente significativa. Este resultado é convergente com o estudo de Reverte (2009).

Tabela 14: Resumo das hipóteses de investigação formuladas

H #	Hipóteses formuladas	Conclusão
H1	Existe uma associação positiva entre alterações no Conselho de Administração e o nível de divulgação de RSC.	Não Rejeitada***
H2	Quanto maior a proporção de mulheres no Conselho de Administradores face aos homens, maior será o nível de divulgação de RSC.	Não Rejeitada
H3	Existe uma associação positiva entre a proporção de Administradores independentes e o nível de divulgação de RSC.	Rejeitada
H4	Existe uma relação significativa entre o acionista maioritário e o nível de divulgação de RSC.	Não Rejeitada
H5	Existe uma relação positiva entre a dimensão da empresa e a divulgação de RSC.	Não Rejeitada
H6	Existe uma relação negativa entre o ROE e a divulgação de RSC.	Não Rejeitada**
H7	As empresas com maior índice de divulgação de RSC são as que têm um menor leverage.	Não Rejeitada**
H8	Existe uma associação significativa entre o papel dos auditores e o nível de divulgação de RSC.	Rejeitada
H8.1	É possível verificar uma correlação significativa positiva entre o Auditor e o nível de divulgação de RSC.	Rejeitada*
H8.2	Existe uma associação significativa entre a rotação do auditor e o nível de divulgação de RSC.	Rejeitada
H9	Existe uma correlação significativa positiva entre o Índice de divulgação de RSC e as empresas que preparam o Relatório Integrado	Não Rejeitada
H10	Existe uma relação significativa entre o país e o nível de divulgação de RSC.	Rejeitada
H11	O setor de atividade influencia positivamente a empresa a divulgar informações de RSC.	Não Rejeitada**

Notas:

*** A variável analisada na hipótese é estatisticamente significativa apenas para um nível de significância de 0,05

** A variável analisada na hipótese não é estatisticamente significativa

* Rejeita-se a existência de uma relação significativa, apesar de o sentido da relação ser concordante com a hipótese formulada

4.5. Comparação de grupos independentes

De modo a caracterizar mais profundamente os dados recolhidos e obter resultados interessantes e marcantes, faz então sentido analisar se a variância e a média são convergentes para determinadas variáveis. Isto é, dividindo determinadas variáveis em duas populações independentes, é possível concluir se as mesmas são ou não significativamente diferentes através do teste F de Levene para igualdade de variâncias e

o Teste t-Student para comparação de duas médias populacionais, a partir de duas amostras aleatórias independentes (Maroco, 2007).

Assim, procedeu-se à escolha das variáveis País (COUNTRY) e Relato Integrado (INTEGREP), por forma a contribuir na resposta aos objetivos específicos da presente investigação.

4.5.1. Portugal e Espanha

Portugal e Espanha fazem parte da Península Ibérica, logo partilham de uma localização geográfica e culturas semelhantes, e segundo Beekes et al. (2016), são países de origem code-law.

Começando pelo teste F de Levene e partindo da hipótese nula (H0) “Não existem diferenças entre Portugal e Espanha para as determinadas características”, podemos observar que para um nível de significância de 1% rejeitam-se as variáveis IDIRSC, ALTB, PERCENTW, BI, MS, ROT e INTEGREP. Para as restantes variáveis, os resultados do teste F não são estatisticamente significativos, pelo que não se rejeita. Em relação ao teste t de igualdade de médias, não se rejeita H0 apenas para as variáveis ROE, LEV e ROT, conforme evidenciado na tabela abaixo.

Neste sentido, é de destacar o seguinte:

- Admite-se a hipótese de o nível de divulgação de informação de RSC ser diferente entre Portugal e Espanha, o que contraria as expectativas de Silva et al. (2016);
- Pode-se afirmar que a proporção de mulheres e de Administradores independentes presentes no Conselho de Administração são diferentes nos dois países. Em termos médios, a proporção é maior em Espanha do que em Portugal (ver Anexo 6 – Análises adicionais Estatísticas de Grupo de países);
- Por outro lado, não existem diferenças entre a rendibilidade e o endividamento das empresas dos países em análise;
- Por último, admite-se a hipótese que existam diferenças entre as empresas que preparam o Relatório Integrado, sendo que em Espanha a prática revela-se mais comum do que em Portugal ver Anexo 6 – Análises adicionais Estatísticas de Grupo de países).

Tabela 15: Teste de Igualdade de variâncias e de Amostras Independes (Países)

Variáveis	Igualdade de variâncias F	Sig.	Conclusões Teste F - H0	Igualdade de médias t	df	Sig.	Diferença média	Erro padrão de diferença	Conclusões Teste t - H0
IDIRSC	11,997	0,001	Rejeitar	-2,732	92	0,008	-6,59653	2,41478	Rejeitar
ALTB	13,991	0,000	Rejeitar	-3,649	92	0,000	-0,353	0,097	Rejeitar
PERCTW	8,136	0,005	Rejeitar	-2,106	92	0,038	-4,44159	2,10930	Rejeitar*
BI	19,110	0,000	Rejeitar	-6,953	92	0,000	-24,28327	3,49266	Rejeitar
MS	13,991	0,000	Rejeitar	3,649	92	0,000	0,353	0,097	Rejeitar
SIZE	2,269	0,135	Não rejeitar	-5,049	92	0,000	-1,8199194	0,3604393	Rejeitar
ROE	0,997	0,321	Não rejeitar	-0,276	92	0,783	-0,57162	2,06781	Não rejeitar
LEV	2,538	0,115	Não rejeitar	-1,289	92	0,200	-4,93207	3,82487	Não rejeitar
ROT	8,644	0,004	Rejeitar	1,610	92	0,111	0,150	0,093	Não rejeitar
INTEGREP	89,240	0,000	Rejeitar	-3,399	92	0,001	-0,326	0,096	Rejeitar

Notas:

* Para um nível de significância de 5%

4.5.2. Preparação do Relatório Integrado

O relatório integrado visa superar a separação anteriormente dominante das informações financeiras das informações de sustentabilidade pela publicação de um único relatório integrado (Reimsbach et al., 2018). Todavia, os preparadores não estão convencidos de que os relatórios integrados, segundo McNally et al. (2017), sejam levados a sério pelos investidores. Estes autores constataram que é necessário que os responsáveis pela governança garantam que suas organizações identifiquem as questões não financeiras como estrategicamente relevantes.

Importa agora analisar as variâncias e comparar as médias para a variável Relatório Integrado (INTEGREP), uma vez que constitui um contributo original da presente investigação para a literatura existente. A hipótese nula (H0) “Não existem diferenças entre as empresas que preparam o Relatório Integrado e as que não preparam”.

Conforme se observa na tabela abaixo, para um nível de significância de 1%, a hipótese das variâncias das variáveis Relatório Integrado e IDIRSC, BI e MS serem diferentes são rejeitadas. Para um nível de significância de 5%, a variável PERCTW é rejeitada. As restantes variáveis não são rejeitadas. Em relação ao teste de médias, para um nível de significância de 5% a hipótese nula é rejeitada.

Pelos resultados obtidos, podemos salientar o seguinte:

- Admite-se a hipótese de existirem diferenças estatisticamente significativas entre as empresas que preparam o Relatório Integrado e o IDI^{RSC}, sendo que as que preparam têm em média um índice de divulgação de RSC superior (ver Anexo 7 – Análises adicionais Estatísticas de Grupo – Relato Integrado).
- As empresas que preparam o Relatório Integrado têm, em média, uma maior percentagem de Administradores Independentes
- Não existem diferenças no tamanho das empresas (SIZE) que preparam o relatório integrado, nem na variância nem na média.

Tabela 16: Teste de Igualdade de variâncias e de Amostras Independentes (Relatório Integrado)

Variáveis	Igualdade de variâncias F	Sig.	Conclusões Teste F - H0	Igualdade de médias t	df	Sig.	Diferença média	Erro padrão de diferença	Conclusões Teste t - H0
IDIRSC	9,648	0,003	Rejeitar	-2,527	92	0,013	-6,29507	2,49088	Não Rejeitar
ALTB	0,160	0,690	Não Rejeitar	0,205	92	0,838	0,022	0,106	Não Rejeitar
PERCTW	3,973	0,049	Rejeitar*	1,881	92	0,063	4,08908	2,17411	Não Rejeitar
BI	18,207	0,000	Rejeitar	-0,456	92	0,649	-2,01797	4,42055	Não Rejeitar
MS	29,115	0,000	Rejeitar	2,200	92	0,030	0,228	0,103	Rejeitar*
SIZE	2,149	0,146	Não Rejeitar	-0,964	92	0,338	-0,4006919	0,4157961	Não Rejeitar
ROE	0,138	0,711	Não Rejeitar	2,075	92	0,041	4,30420	2,07431	Não Rejeitar
LEV	0,714	0,400	Não Rejeitar	-0,818	92	0,416	-3,22658	3,94501	Não Rejeitar
ROT	1,386	0,242	Não Rejeitar	0,564	92	0,574	0,055	0,097	Não Rejeitar

Notas:

* Para um nível de significância de 5%

Conclusões, considerações finais e sugestões de investigação futura

O objetivo principal do presente trabalho de investigação prende-se então com a contribuição para a literatura existente, no que diz respeito à informação sobre responsabilidade social corporativa, mais concretamente compreender quais as principais determinantes que influenciam a sua divulgação.

O estudo efetuado revela que as alterações no Conselho de Administração, a presença de mulheres no Conselho de Administração, acionista maioritário, dimensão da empresa e apresentar Relatório Integrado são as principais determinantes. Salienta-se que esta última constitui um contributo original desta investigação para a literatura existente, uma vez que consiste numa evidência prática e objetiva para que os relatórios integrados, se publicados pelas empresas, sejam vistos como geradores de valor e relevantes para os interessados, que buscam informações úteis para suas tomadas de decisão, sendo estes decisivos para a divulgação de informação de responsabilidade social corporativa, corroborando a teoria proposta por Baret & Halfrich (2018), em que concluíram que possivelmente o Relatório Integrado seria a “solução ótima” entre as armadilhas e limitações do relato da informação não financeira. De outro modo, as conclusões sobre as alterações no Conselho de Administração vêm suportar a constatação de Bear et al. (2010). Relativamente à presença de mulheres no Conselho de Administração, os resultados indicam que estão em linha com a investigação de Cha & Abebe (2016), Javaid Lone et al. (2016) e Nekhili et al. (2017). O facto de o acionista maioritário ter influência na divulgação de informação de RSC vem suportar as evidências encontradas por Fallah & Mojarrad (2019) mas diverge das conclusões de Reverte (2009) e Chau & Gray, (2002). Relativamente à dimensão da empresa, os resultados da investigação corroboram a maioria dos estudos anteriores de Reverte (2009), Gamerschlag et al. (2011) ou Muttakin & Khan (2014).

É importante realçar que o modelo de regressão linear múltipla se revelou adequadamente explicativo para 36,3% da variância do Índice de divulgação de informação sobre RSC.

As análises à comparação entre os dois países revelaram que a publicação da informação através do Relato Integrado é mais comum em Espanha do que em Portugal e o nível de

divulgação de informação sobre RSC é mais elevado em Espanha. As empresas analisadas no país vizinho têm, em termos médios, maior percentagem de mulheres presentes no Conselho de Administração. Contudo, no que concerne à rendibilidade e endividamento, não existem diferenças entre os dois países.

O presente trabalho contribui para aumentar o conhecimento geral sobre a responsabilidade social empresarial e o relato da informação não financeira, em resposta ao repto de trabalhos anteriores (La Torre et al., 2017; Speziale, 2017; Girella, 2018), particularmente relacionados com Espanha, cujos estudos focavam-se basicamente na dimensão “ambiental” (Reverte, 2009), mas também em Portugal, onde Branco & Delgado (2011) haviam constatado que existia uma grande margem para expandir a quantidade de pesquisas sobre RSC.

É notório que a responsabilidade social está na ordem do dia, e vai continuar a estar. O desenvolvimento sustentável é responsabilidade de cada um de nós, cidadãos e empresas, assumindo um papel ativo perante a sociedade e o planeta.

A dimensão da nossa amostra foi de 94 observações. O facto de ter sido utilizada a análise de conteúdo do tipo manual implica dimensões de amostras mais reduzidas em comparação com outros tipos de análise, constituindo assim uma limitação do trabalho. Paralelamente, a subjetividade implícita na recolha dos dados, ainda que com os devidos cuidados metodológicos com vista a assegurar níveis razoáveis de fiabilidade constitui outra limitação no presente estudo.

Por último, as diferentes conclusões obtidas não implicam necessariamente que o uso de outras diferentes variáveis não tenham um impacto significativo nos resultados de estudos de divulgação de RSC que usem modelos estatísticos diferentes, ou seja, a comparação das conclusões com as de outros trabalhos pode vir a ser afetada pelo uso de amostras com diferentes constituições e diferentes métodos estatísticos, e como resultado, afetar as evidências empíricas obtidas.

Poderá ser interessante que estudos futuros incluam uma amostra maior do que 94 observações, alargando o período para mais do que dois anos e, por exemplo, para outros países fora da Península Ibérica, mas de diferentes culturas e regimes legais do tipo *common law*. Investigações futuras poderiam incluir entidades auditadas por empresas fora do grupo denominado *Big4*, no sentido de se aferir um possível impacto no Índice de

Divulgação de informação de RSC. Para terminar, sugere-se a utilização em estudos futuros de outras variáveis, como por exemplo o montante de donativos concedidos, a presença dos sindicatos nas empresas, medido através da percentagem de colaboradores que pertencem aos sindicatos ou se determinada empresa apresentou nos relatórios corporativos o número (ou a percentagem) de colaboradores sindicalizados.

Referências Bibliográficas

- Abd Rahman, N. H. W., Mohamed Zain, M., & Yahaya Al-Haj, N. H. Y. 2011. CSR disclosures and its determinants: Evidence from Malaysian government link companies. *Social Responsibility Journal*, 7(2), 181–201.
- Abeyssekera, I. 2013. A template for integrated reporting. *Journal of Intellectual Capital*, 14(2), 227–245.
- Agyei-Mensah, B. K. 2012. The Association between Firm-Specific Characteristics and Financial Information Disclosure Levels: A Study of Rural Banks in the Ashanti Region of Ghana. *SSRN Electronic Journal*, 2(1), 69–92.
- Ahmed Haji, A., & Anifowose, M. 2016. The trend of integrated reporting practice in South Africa: ceremonial or substantive? *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 7(2), 190–224.
- Akbaş, H. E., & Canikli, S. 2019. Determinants of voluntary greenhouse gas emission disclosure: An empirical investigation on Turkish firms. *Sustainability (Switzerland)*, 11(1).
- Akhtaruddin, M., Hossain, M., Hossain, M., & Yao, L. 2009. Corporate governance and voluntary disclosure in corporate annual reports of Malaysian listed firms. *Journal of Applied Management Accounting Research*, 7(1), 1.
- Aljifri, Khaled & Alzarouni, Abdulkareem & Ng, Chew & Tahir, M. I. 2014. The Association Between Firm Characteristics and Corporate Financial Disclosures: Evidence from UAE Companies. *The International Journal of Business and Finance Research*, 8(2), 101–124.
- Alves, H., Rodrigues, A. M., & Canadas, N. 2012. Factors influencing the different categories of voluntary disclosure in annual reports: An analysis for Iberian Peninsula listed companies. *Tékhne*, 10(1), 15–26.
- APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial. 2017. Introdução ao reporte não financeiro. Brochura Informativa. *Apee*, 1–26.
- Ayadi, S. D. 2004. *Determinants of the corporate decision to disclose stakeholders' reports in France*. Paper presented at the 27th annual congress of the European Accounting Association, Prague.
- Azevedo, G., Oliveira, J., & Castro, A. 2018. Disclosure of environmental matters - Galp Energy. *Journal of Environmental Accounting and Management*, 6(1), 83–94.

Ballas, A. A., & Tzovas, C. 2010. An empirical investigation of Greek firms' compliance to IFRS disclosure requirements. *International Journal of Managerial and Financial Accounting*, 2(1), 40–62.

Baret, P., & Helfrich, V. 2019. The “trilemma” of non-financial reporting and its pitfalls. *Journal of Management and Governance*, 23(2), 485–511.

BCSD Portugal; Position Paper Transposição da Diretiva 2014/95/EU; http://bcsdportugal.org/wp-content/uploads/2013/10/BCSD_PositionPaper_Diretiva-InfNaoFin.pdf; Acedido em 29 de setembro de 2019.

Bear, S., Rahman, N., & Post, C. 2010. The Impact of Board Diversity and Gender Composition on Corporate Social Responsibility and Firm Reputation. *Journal of Business Ethics*, 97(2), 207–221.

Beekes, W., Brown, P., Zhan, W., & Zhang, Q. 2016. Corporate Governance, Companies' Disclosure Practices and Market Transparency: A Cross Country Study. *Journal of Business Finance and Accounting*, 43(3–4), 263–297.

Bhimani, A. 2002. European management accounting research: traditions in the making. *European Accounting Review*, 11(1), 99–117.

Bird, R., D. Hall, A., Momentè, F., & Reggiani, F. 2007. What Corporate Social Responsibility Activities are Valued by the Market? *Journal of Business Ethics*, 76(2), 189–206.

Brammer, S., & Pavelin, S. 2008. Factors influencing the quality of corporate environmental disclosure. *Business Strategy and the Environment*, 17(2), 120–136.

Branco, M. C., & Delgado, C. 2011. Research on corporate social responsibility and disclosure in Portugal. *Social Responsibility Journal*, Vol. 7, pp. 202–217.

Branco, M. C., & Rodrigues, L. L. 2008. Factors influencing social responsibility disclosure by Portuguese companies. *Journal of Business Ethics*, 83(4), 685–701.

Bravo Urquiza, F., Abad Navarro, M. C., & Trombetta, M. 2009. Disclosure indices design: Does it make a difference? *Revista de Contabilidad*, 12(2), 253–277.

Braz, M. (2018). *How does board's diversity influence the adoption of best practices when preparing integrated reports* (ISCTE Business School). Obtido de https://repositorio.iscte-l.pt/bitstream/10071/17716/1/Master_Maria_Oliveira_Braz.pdf; Acedido em 24 de setembro de 2019.

Brooks, L. (Lily) Z., Gill, S., & Wong-On-Wing, B. 2019. Corporate social responsibility risk and auditor–client retention. *International Journal of Auditing*, 23(1), 95–111.

- Brown, H. S., de Jong, M., & Lessidrenska, T. 2009. The rise of the Global Reporting Initiative: A case of institutional entrepreneurship. *Environmental Politics*, 18(2), 182–200.
- Brown, H. S., de Jong, M., & Levy, D. L. 2009. Building institutions based on information disclosure: lessons from GRI's sustainability reporting. *Journal of Cleaner Production*, 17(6), 571–580.
- Canning, M., O'Dwyer, B., & Georgakopoulos, G. 2019. Processes of auditability in sustainability assurance—the case of materiality construction. *Accounting and Business Research*, 49(1), 1–27.
- Carroll, A. B. 1991. The pyramid of corporate social responsibility: Toward the moral management of organizational stakeholders. *Business Horizons*, 34(4), 39–48.
- Carroll, A. B., & Shabana, K. M. 2010. The Business Case for Corporate Social Responsibility: A Review of Concepts, Research and Practice. *International Journal of Management Reviews*, 12(1), 85–105.
- Carroll, A.B. 2015. Corporate social responsibility: The centerpiece of competing and complementary frameworks. *Organizational Dynamics*. 44, 87-96
- Carvalho, F., Santos, G., Gonçalves, J. 2018. *The disclosure of information on sustainable development on the corporate website of the certified portuguese organizations.*
- Castka, P., & Balzarova, M. A. 2008. ISO 26000 and supply chains—On the diffusion of the social responsibility standard. *International Journal of Production Economics*, 111(2), 274–286.
- Cha, W., & Abebe, M. A. 2016. Board of directors and industry determinants of corporate philanthropy. *Leadership and Organization Development Journal*, 37(5), 672–688.
- Chau, G. K., & Gray, S. J. 2002. Ownership structure and corporate voluntary disclosure in Hong Kong and Singapore. *International Journal of Accounting*, 37(2), 247–265.
- Cheng, M. M., Green, W. J., & Ko, J. C. W. 2015. The Impact of Strategic Relevance and Assurance of Sustainability Indicators on Investors' Decisions. *AUDITING: A Journal of Practice & Theory*, 34(1), 131–162.
- Cheng, M., Green, W., Conradie, P., Konishi, N., & Romi, A. 2014. The International Integrated Reporting Framework: Key Issues and Future Research Opportunities. *Journal of International Financial Management and Accounting*, 25(1), 90–119.

- Choi, J. S., Kwak, Y. M., & Choe, C. 2010. Corporate social responsibility and corporate financial performance: Evidence from Korea. *Australian Journal of Management*, 35(3), 291–311.
- Choi, J.-S. 2000. An Investigation of the Initial Voluntary Environmental Disclosures Made in Korean Semi-Annual Financial Reports. *Pacific Accounting Review*, 11(1).
- COM. 2001. Livro Verde - Promover um quadro europeu de RSE. *Livro Verde*, 35.
- Cooke, T. E. 1989. Disclosure in the Corporate Annual Reports of Swedish Companies. *Accounting and Business Research*, 19(74), 113–124.
- Dhaliwal, D. S., Radhakrishnan, S., Tsang, A., & Yang, Y. G. 2012. Nonfinancial disclosure and analyst forecast accuracy: International evidence on corporate social responsibility disclosure. *Accounting Review*, 87(3), 723–759.
- Dias, A., Rodrigues, L. L., & Craig, R. (2017). Corporate governance effects on social responsibility disclosures. *Australasian Accounting, Business and Finance Journal*, 11(2), 3–22.
- Donaldson, T., & Preston, L. E. 1995. The stakeholder theory of the corporation: concepts, evidence, and implications. *Academy of Management Review*, 20(1), 65–91.
- Dragu, I.-M., & Tiron Tudor, A. 2011. Developing an Econometric Model for Measuring the Evolution of Information Disclosure - Ias 23 Borrowing Costs -. *Annales Universitatis Apulensis Series Oeconomica*, 2(13).
- DRE. 2017. Decreto-Lei 89/2017, 2017-07-28 – DRE; <https://dre.pt/home/-/dre/107773645/details/maximized>; acedido em 17 de março de 2019
- Du Toit, E. 2017. The readability of integrated reports. *Meditari Accountancy Research*, Vol. 25, pp. 629–653.
- Dumay, J., Guthrie, J., & Farneti, F. 2010. GRI Sustainability Reporting Guidelines for Public and Third Sector Organizations. *Public Management Review*, 12(4), 531–548.
- Dumitru, M., Dyduch, J., Gușe, R. G., & Krasodomska, J. 2017. Corporate Reporting Practices in Poland and Romania—An Ex-ante Study to the New Non-financial Reporting European Directive. *Accounting in Europe*, 14(3), 279–304.
- Dyduch, J., & Krasodomska, J. 2017. Determinants of corporate social responsibility disclosure: An empirical study of Polish listed companies. *Sustainability (Switzerland)*, 9(11).

Erkens, M., Paugam, L., & Stolowy, H. 2015. Non-financial information: State of the art and research perspectives based on a bibliometric study. Em *Comptabilite Controle Audit* (Vol. 21).

Eugénio, T. 2010. Avanços na divulgação de informação social e ambiental pelas empresas e a teoria da legitimidade. *Revista Universo Contábil*, 102–118.

EY. 2018. *Información no financiera y el IBEX 35: Cómo han aplicado las empresas el Real Decreto Ley 18/2017. Enseñanzas y retos*; [https://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/ey-informacion-no-financiera-ibex-35-real-decreto-ley-18-2017/\\$FILE/ey-informacion-no-financiera-ibex-35-real-decreto-ley-18-2017.pdf](https://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/ey-informacion-no-financiera-ibex-35-real-decreto-ley-18-2017/$FILE/ey-informacion-no-financiera-ibex-35-real-decreto-ley-18-2017.pdf); acedido em 1 de outubro de 2019.

EY. 2016. *The road to reliable nonfinancial reporting*; [https://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/EY-ccass-road-to-reliable-nonfinancial-reporting/\\$FILE/EY-ccass-road-to-reliable-nonfinancial-reporting.pdf](https://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/EY-ccass-road-to-reliable-nonfinancial-reporting/$FILE/EY-ccass-road-to-reliable-nonfinancial-reporting.pdf); acedido em 27 de setembro de 2019.

Fallah, M. A., & Mojarrad, F. 2019. Corporate governance effects on corporate social responsibility disclosure: empirical evidence from heavy-pollution industries in Iran. *Social Responsibility Journal*, 15(2), 208–225.

Flower, J. 2015. The International Integrated Reporting Council: A story of failure. *Critical Perspectives on Accounting*, 27, 1–17.

Freeman, R.E., Harrison, J.S., Wicks, A.C., Parmar, B.L. e Colle, S. 2010. Stakeholder Theory. *The State of the Art, Cambridge University Press*, Cambridge.

Vuna, T. & France, A. 2018. The Applied Management Review Topics include: Managerial Finance Accounting Management Communication Strategic Management Marketing Management Operations Management Human Resource Management Innovation and Entrepreneurship The Applied Management Review. *The Applied Management Review*, 2 (Stakeholder Disclosure in the Consumer and Finance Industries), 13–20.

Gamerschlag, R., Möller, K., & Verbeeten, F. 2011. Determinants of voluntary CSR disclosure: Empirical evidence from Germany. *Review of Managerial Science*, 5(2), 233–262.

Garayar Erro, A., & Calvo Sánchez, J. A. 2012. Joining the un global compact in Spain: An institutional approach. *Revista de Contabilidad*, 15(2), 311–355.

- García-Sánchez, I.-M., Hussain, N., Martínez-Ferrero, J., & Ruiz-Barbadillo, E. 2019. Impact of disclosure and assurance quality of corporate sustainability reports on access to finance. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 26(4), 832–848.
- Garriga, E., & Melé, D. 2004. Teorías de la Responsabilidad Social Empresarial: Mapeo del Territorio. *Journal of Business Ethics*, 53(1/2), 51–71.
- Girella, L. 2018. **The boundaries in financial and non-financial reporting**. (1st Edition).
- Gnan, L., Hinna, A., Monteduro, F., & Scarozza, D. 2013. Corporate governance and management practices: Stakeholder involvement, quality and sustainability tools adoption: Evidences in local public utilities. *Journal of Management and Governance*, 17(4), 907–937.
- Gomes, S. F., Eugénio, T. C. P., & Branco, M. C. 2015. Sustainability reporting and assurance in Portugal. *Corporate Governance: The international journal of business in society*, 15(3), 281–292.
- Gul, F. A., & Leung, S. 2004. Board leadership, outside directors' expertise and voluntary corporate disclosures. *Journal of Accounting and Public Policy*, 23(5), 351–379.
- Gürtürk, A., & Hahn, R. 2016. An empirical assessment of assurance statements in sustainability reports: smoke screens or enlightening information? *Journal of Cleaner Production*, 136, 30–41.
- Haller, A., Link, M., & Groß, T. 2017. The Term 'Non-financial Information'—A Semantic Analysis of a Key Feature of Current and Future Corporate Reporting. *Accounting in Europe*, 14(3), 407–429.
- Hernández-Perlines, F., & Sánchez-Infantes, J. P. 2016. Análisis del efecto de la responsabilidad social empresarial en los resultados empresariales de las micro, pequeñas y medianas empresas (MIPYMEs). *Journal Globalization, Competitiveness and Governability*, 10(1), 110–123.
- Ho, S. S., & Shun Wong, K. 2001. A study of the relationship between corporate governance structures and the extent of voluntary disclosure. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 10(2), 139–156.
- Hossain, M. A. 2002. Disclosure Index Approach in Accounting Research: A Review of Related Issues. *Academia Electronic journal*, (0721), 1–14.

Hossain, M. A., & Taylor, P. J. 1998. **Extent of disclosure in corporate annual reports in developing countries: A comparative study of India, Pakistan and Bangladesh.** A Paper presented to the Cardiff Business School, School Conference in Financial Reporting (held on 6-7 July).

ILO - International Labour Organization. (2019). History of the ILO, de ilo.org website: <https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/history/lang--en/index.htm>; acessado em 26 de setembro de 2019

International Integrated Reporting Council. 2013. **The international integrated reporting framework.** London: IIRC. Obtido de <https://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2013/12/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-2-1.pdf>

ISO. 2015a. *ISO Strategy 2016-2020*; https://www.iso.org/files/live/sites/isoorg/files/archive/pdf/en/iso_strategy_2016-2020.pdf; acessado em 26 de setembro de 2019

ISO. 2015b. *ISO 26000 and the International Integrated Reporting Framework briefing summary*; <https://www.iso.org/files/live/sites/isoorg/files/store/en/PUB100402.pdf>; acessado em 26 de setembro de 2019

Javaid Lone, E., Ali, A., & Khan, I. 2016. Corporate governance and corporate social responsibility disclosure: evidence from Pakistan. *Corporate Governance (Bingley)*, 16(5), 785–797.

Kolk, A., & Pinkse, J. 2010. The integration of corporate governance in corporate social responsibility disclosures. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 17(1), 15–26.

KPMG. 2011. *Integrated Reporting: Performance insight through better business reporting*; <https://assets.kpmg/content/dam/kpmg/pdf/2011/10/Integrated-Reporting-ENG.pdf>

KPMG. 2013. **The KPMG Survey of Corporate Responsibility Reporting 2013: Executive Summary.** *Kpmg*, 1–20.

La Torre, M., Sabelfeld, S., Blomkvist, M., Tarquinio, L., & Dumay, J. 2018. Harmonising non-financial reporting regulation in Europe: Practical forces and projections for future research. *Meditari Accountancy Research*, 26(4), 598–621.

- Lamberton, G. 2005. Sustainability accounting—a brief history and conceptual framework. *Accounting Forum*, 29(1), 7–26.
- Laureano, R., & Botelho, M. do C. 2012. *SPSS? O Meu Manual de Consulta Rápida*.
- Lopes, A. I., Oliveira, J. & Coelho, A. M. C. 2017. How relevant is Integrated Reporting? In XVI Congresso Internacional Contabilidade e Auditoria. Aveiro: Ordem dos Contabilistas Certificados.
- Lopes, I. T. 2015. Research methods and methodology towards knowledge creation in accounting. *Contaduria y Administracion*, 60, 9–30.
- Lopes, P. T., & Rodrigues, L. L. 2007. Accounting for financial instruments: An analysis of the determinants of disclosure in the Portuguese stock exchange. *International Journal of Accounting*, 42(1), 25–56.
- Lu, Y., & Abeysekera, I. 2017. What Do Stakeholders Care About? Investigating Corporate Social and Environmental Disclosure in China. *Journal of Business Ethics*, 144(1), 169–184.
- Marimon, F., Alonso-Almeida, M. del M., Rodríguez, M. del P., & Cortez Alejandro, K. A. 2012. The worldwide diffusion of the global reporting initiative: what is the point? *Journal of Cleaner Production*, 33, 132–144.
- Maroco, J. 2007. *Análise estatística com utilização do SPSS (3ª edição)*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Marston, C. L., & Shriver, P. J. 1991. The use of disclosure indices in accounting research: A review article. *The British Accounting Review*, Vol. 23, pp. 195–210.
- Mata, C., & Fialho, A. 2013. *A investigação em contabilidade sobre relato ambiental: uma análise longitudinal de 2006 a 2013*. Unpublished paper
- McMurtrie, T. 2005. Factors influencing the publication of social performance information: An Australian case study. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 12(3), 129–143.
- McNally, M. A., Cerbone, D., & Maroun, W. 2017. Exploring the challenges of preparing an integrated report. *Meditari Accountancy Research*, Vol. 25, pp. 481–504.
- Morros, J. 2016. The integrated reporting: A presentation of the current state of art and aspects of integrated reporting that need further development. *Intangible Capital*, 12(1), 336–356.
- Mousa, G.A., Desoky, A.M., Khan, G.U. 2018. The association between Corporate Governance and Corporate Social Responsibility disclosure-evidence from Gulf

Cooperation Council countries. *Academy of Accounting and Financial Studies Journal*, 22 (4), 19 p. Cited 1 time.

Muttakin, M. B., & Khan, A. 2014. Determinants of corporate social disclosure: Empirical evidence from Bangladesh. *Advances in Accounting*, 30(1), 168–175.

Myers, J. N., Myers, L. A., & Omer, T. C. 2003. Exploring the term of the auditor-client relationship and the quality of earnings: A case for mandatory auditor rotation? *Accounting Review*, 78(3), 779–799.

Nekhili, M., Nagati, H., Chtioui, T., & Nekhili, A. 2017. Gender-diverse board and the relevance of voluntary CSR reporting. *International Review of Financial Analysis*, 50, 81–100.

OIT. 2007. History of the ILO – a selective bibliography; <https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/history/lang--en/index.htm>; acedido em 20 de setembro de 2019.

OROC. 2011. Revista Revisores e Auditores 52. *Revista Revisores e Auditores 52*; <http://www.oroc.pt/fotos/editor2/Revista/Contabilidade.pdf>

Otley, D. T. 1980. The contingency theory of management accounting: Achievement and prognosis. *Accounting, Organizations and Society*, 5(4), 413–428.

Paiva, I. & Gavancha, I. 2018. *Desafios da gestão atual*.

Perego, P. 2009. Causes and Consequences of Choosing Different Assurance Providers: An International Study of Sustainability Reporting. *International Journal of Management*, 26(3), 412–425.

Perrini, F. 2006. SMEs and CSR theory: Evidence and implications from an Italian perspective. *Journal of Business Ethics*, 67(3), 305–316.

Portela de Lima Rodrigues, L. M., Oliveira, L., & Craig, R. (2005). Applying Voluntary Disclosure Theories to Intangibles Reporting: Evidence from the Portuguese Stock Market. *SSRN Electronic Journal*.

PWC. 2013. *As novas diretrizes da Global Reporting Initiative: G4 O futuro do reporte de Sustentabilidade O que é novidade na versão 4 das diretrizes da GRI , como se interliga com o Relatório Integrado e o que significa para a sua Organização ?*; <https://www.pwc.pt/pt/sustentabilidade/images/pwc-global-reporting-iniative-g4.pdf>

Qiu, Y., Shaukat, A., & Tharyan, R. 2016. Environmental and social disclosures: Link with corporate financial performance. *British Accounting Review*, 48(1), 102–116.

Real Decreto-ley 18. 2017. Real Decreto-ley 18/2017, de 24 de noviembre. *BOE*.

Reimsbach, D., Hahn, R., & Gürtürk, A. 2018. Integrated Reporting and Assurance of Sustainability Information: An Experimental Study on Professional Investors' Information Processing. *European Accounting Review*, 27(3), 559–581.

Reverte, C. 2009. Determinants of corporate social responsibility disclosure ratings by Spanish listed firms. *Journal of Business Ethics*, 88(2), 351–366.

Roberts, R. W. 1992. Determinants of corporate social responsibility disclosure: An application of stakeholder theory. *Accounting, Organizations and Society*, 17(6), 595–612.

Rodrigues, L.M.P; Oliveira, L & Craig, R. 2005. Applying Voluntary Disclosure Theories to Intangibles Reporting: Evidence from the Portuguese Stock Market, *SSRN Electronic Journal*.

Romolini, A., Fissi, S., & Gori, E. 2014. Scoring CSR reporting in listed companies - evidence from Italian best practices. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 21(2), 65–81.

Ruiz-Lozano, M., & Tirado-Valencia, P. 2016. Do industrial companies respond to the guiding principles of the Integrated Reporting framework? A preliminary study on the first companies joined to the initiative. *Revista de Contabilidade*, 19(2), 252–260.

Said, R., Zainuddin, Y., & Haron, H. 2009. The relationship between corporate social responsibility disclosure and corporate governance characteristics in Malaysian public listed companies. *Social Responsibility Journal*, 5(2), 212–226.

Silva, M., Azevedo, G., & Oliveira, J. 2016. A divulgação de responsabilidade social empresarial e a recente crise financeira mundial: perspetivas sociológicas e institucionais. *Contabilidade & Gestão - Portuguese Journal of Accounting and Management*, (Nº18), 10–54.

Silva, S. 2012. *Determinantes da divulgação de informação sobre sustentabilidade na internet: Análise empírica no setor financeiro*. Unpublished Master dissertation, ISCTE-IUL, Lisbon

Siregar, S. V., Amarullah, F., Wibowo, A., & Anggraita, V. 2012. Audit tenure, auditor rotation, and audit quality: The case of Indonesia. *Asian Journal of Business and Accounting*, 5(1), 55–74.

Smith, M. 2011. **Research Methods in Accounting**. AGE Publication Ltd.

Speziale, M.-T. 2019. *Theoretical Perspectives on Purposes and Users of Integrated Reporting: A Literature Review*.

- Steyn, M. 2014. Organisational benefits and implementation challenges of mandatory integrated reporting: Perspectives of senior executives at South African listed companies. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 5(4), 476–503.
- Stolowy, H., & Paugam, L. 2018. The expansion of non-financial reporting: an exploratory study. *Accounting and Business Research*, 48(5), 525–548.
- Tabish, S. Z. S., & Jha, K. N. 2011. Identification and evaluation of success factors for public construction projects. *Construction Management and Economics*, Vol. 29, pp. 809–823.
- Thomas, H., & Turnbull, P. 2018. From horizontal to vertical labour governance: The International Labour Organization (ILO) and decent work in global supply chains. *Human Relations*, 71(4), 536–559.
- Toppinen, A., Hänninen, V., & Lähtinen, K. 2015. ISO 26000 in the assessment of CSR communication quality: CEO letters and social media in the global pulp and paper industry. *Social Responsibility Journal*, 11(4), 702–715.
- Trébucq, S., & Magnaghi, E. 2017. Using the EFQM excellence model for integrated reporting: A qualitative exploration and evaluation. *Research in International Business and Finance*, Vol. 42, pp. 522–531.
- UE - Parlamento Europeu e Conselho. 2013. *Diretiva 2013/34/UE de 26 de junho de 2013*. 2013, 19–76.
- Ue, D., Parlamento, D. O., & Do, E. E. 2014. *Diretiva 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2014*. 2014(2), 1–9.
- United Nations. 2018. Accelerating National SDG Implementation. *Global Compact Local Networks*; https://www.unglobalcompact.org/docs/publications/GCLNs-Accelerating_National-SDG-Implementation.pdf; acessado em 26 de setembro de 2019
- Valenzuela Fernández, L., Jara-Bertin, M., & villegas pineaur, F. 2015. prácticas de responsabilidad social, reputación corporativa y desempeño financiero. *Revista de Administração de Empresas*, 55(3), 329–344.
- Van Johnson, E., Khurana, I. K., & Reynolds, J. K. 2002. Audit-Firm Tenure and the Quality of Financial Reports. *Contemporary Accounting Research*, 19(4), 637–660.
- VER. 2014. Relatórios de sustentabilidade obrigatórios? – VER; <https://www.ver.pt/relatorios-de-sustentabilidade-obrigatorios/>, acessado em 28 de setembro de 2019.

Vi, F., & De España, R. 2018. I. *DISPOSICIONES GENERALES JEFATURA DEL ESTADO*. <http://www.boe.es>

Wahyuni, D. 2012. The Research Design Maze: Understanding Paradigms, Cases, Methods and Methodologies. *Applied Management Accounting Research*, 10, 69–80.

Wanderley, L. S. O., Lucian, R., Farache, F., & De Sousa Filho, J. M. 2008. CSR information disclosure on the web: A context-based approach analysing the influence of country of origin and industry sector. *Journal of Business Ethics*, 82(2), 369–378.

Webb, E. 2004. An examination of socially responsible firms' board structure. *Journal of Management and Governance*, 8(3), 255–277.

Williams, R. J. 2003. Women on Corporate Boards of Directors and their Influence on Corporate Philanthropy. *Journal of Business Ethics*, 42(1), 1–10.

Zhu, F., & Liu, Y. 2011. Assessment of the Information Disclosure Level about Government Website through AHP-TOPSIS Method. *2011 International Conference of Information Technology, Computer Engineering and Management Sciences*, 179–181.

Anexos

Anexo 1 - Grau de divulgação do Índice de RSC para empresas portuguesas

# 2017 # 2018	Empresa	IDI1	IDI2	IDI3	IDI4	IDI5	IDI6	IDI7	IDI8	IDI9	IDI10	IDI11	IDI12	IDI13	IDI14	IDI15	IDI16	IDI17	IDI18	IDI RSC
1	Altri	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	1	1	0	1	1	83,33%
2	Altri	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	1	1	0	1	1	83,33%
3	BCP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	1	88,89%
4	BCP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	1	88,89%
5	Corticeira Amorim	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	1	88,89%
6	Corticeira Amorim	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100,00%
7	CTT	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100,00%
8	CTT	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100,00%
9	EDP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100,00%
10	EDP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100,00%
11	EDP Renov	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100,00%
12	EDP Renov	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100,00%
13	Galp	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	1	88,89%
14	Galp	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100,00%
15	Ibersol	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	55,56%
16	Ibersol	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	55,56%
17	Jerónimo Martins	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	1	88,89%
18	Jerónimo Martins	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	1	88,89%
19	Mota Engil	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	1	1	0	1	1	83,33%
20	Mota Engil	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	1	1	0	0	1	77,78%
21	NOS	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100,00%
22	NOS	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100,00%
23	REN	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	61,11%
24	REN	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	61,11%
25	Semapa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	0	1	0	1	1	77,78%
26	Semapa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	0	1	0	1	1	77,78%
27	Sonae	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100,00%
28	Sonae	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100,00%
29	Sonae Capital	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	61,11%
30	Sonae Capital	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100,00%
31	The Navigator (Portucel)	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100,00%
32	The Navigator (Portucel)	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100,00%

Anexo 3 - Empresas excluídas da Amostra

Empresa	País	Motivo de exclusão
F. Ramada	Portugal	Entrou para o PSI 20 só em 2018
Novabase	Portugal	Saiu do PSI 20 em 2018
Pharol	Portugal	Não foi possível obter informações sobre o nº de colaboradores na análise dos dados. Ainda assim, confirmou-se através de contacto via telefone que a entidade está fora do âmbito da Diretiva por não cumprir os critérios.
CIE Automotive	Espanha	Entrou para o IBEX 35 só em 2018
Ence	Espanha	Entrou para o IBEX 35 só em 2018
Abertis	Espanha	Operação bolsista excluída. Saiu em 2018
Dia	Espanha	Operação bolsista excluída. Saiu em 2018
Inditex	Espanha	O ano fiscal termina a 31 de janeiro
Siemens Gamesa	Espanha	O ano fiscal termina a 30 de setembro

Anexo 4 – Dados recolhidos das variáveis explicativas para empresas portuguesas

Empresa 2017-2018	ALTB	PERCTW	BI	MS	SIZE	ROE	LEV	ROT	AUDCOMP	NFIPREP	INTEGREP	SECTOR
Altri	Não	28,57	0	Não	14,0062	24,35	67,39	Sim	EY	Não	Não	Indústrias
Altri	Não	28,57	0	Não	14,2158	37,29	65,04	Não	EY	Sim	Não	Indústrias
BCP	Sim	15,79	31,58	Não	18,0913	3,3	90,02	Não	Deloitte	Sim	Não	Serviços Financeiros
BCP	Sim	25	25	Não	18,1452	5,2	90,83	Não	Deloitte	Sim	Não	Serviços Financeiros
Corticei	Não	33,33	0	Sim	13,6756	15,88	47,09	Sim	EY	Sim	Não	Bens de Consumo
Corticei	Não	33,33	0	Sim	13,781	15,53	48,43	Não	EY	Sim	Não	Bens de Consumo
CTT	Sim	30,77	53,85	Não	14,291	14,83	88,56	Não	KPMG	Não	Não	Indústrias
CTT	Sim	30,77	53,85	Não	14,3858	13,39	91,7	Não	KPMG	Não	Sim	Indústrias
EDP	Sim	6,9	0	Não	17,555	11,66	67,96	Não	KPMG	Não	Não	Utilidades
EDP	Sim	20,69	0	Não	17,5443	5,79	69,01	Sim	PWC	Não	Não	Utilidades
EDP Reno	Sim	5,88	58,82	Sim	16,602	4,36	51,34	Não	KPMG	Sim	Não	Utilidades
EDP Reno	Sim	14,29	50	Sim	16,6799	4,81	53,69	Sim	PWC	Sim	Não	Utilidades
Galp	Não	15,79	26,32	Não	16,3047	13,74	52,05	Não	PWC	Sim	Sim	Petróleo e Gás
Galp	Não	15,79	26,32	Não	16,3561	16,15	52,34	Não	PWC	Sim	Sim	Petróleo e Gás
Ibersol	Não	0	33,33	Sim	12,971	16,42	56,11	Não	PWC	Não	Não	Serviços ao consumidor
Ibersol	Não	0	33,33	Sim	13,0041	12,31	54,27	Sim	KPMG	Não	Não	Serviços ao consumidor
Jerónim	Não	11,11	44,44	Sim	15,6783	21,55	68,75	Sim	EY	Sim	Não	Serviços ao consumidor
Jerónim	Não	11,11	44,44	Sim	15,7116	22,56	69,73	Não	EY	Sim	Não	Serviços ao consumidor
Mota Eng	Não	17,65	17,65	Sim	15,3446	0,52	87,09	Sim	PWC	Sim	Não	Indústrias
Mota Eng	Sim	23,81	33,33	Sim	15,3598	13,3	90,47	Não	PWC	Sim	Não	Indústrias
NOS	Sim	25	6,25	Sim	14,9162	11,11	63,17	Não	EY	Sim	Não	Serviços ao consumidor
NOS	Não	25	6,25	Sim	14,889	13,13	62,95	Não	EY	Sim	Não	Serviços ao consumidor
REN	Não	8,33	33,33	Não	15,4953	8,81	73,36	Não	Deloitte	Sim	Não	Utilidades
REN	Sim	8,33	33,33	Não	15,4625	7,9	71,8	Sim	EY	Não	Não	Utilidades
Semapa	Não	0	27,27	Não	15,1985	14,71	69,35	Não	PWC	Não	Não	Materiais Básicos
Semapa	Sim	23,08	15,38	Não	15,1999	14,89	68,5	Sim	KPMG	Não	Não	Materiais Básicos
Sonae	Não	33,33	77,78	Sim	15,5391	8,43	61,91	Não	Deloitte	Não	Não	Serviços ao consumidor
Sonae	Sim	37,5	75	Sim	15,8661	10,26	57,69	Sim	PWC	Não	Não	Serviços ao consumidor
Sonae Ca	Não	28,57	28,57	Sim	13,1541	-2,32	43,55	Não	PWC	Não	Não	Serviços Financeiros
Sonae Ca	Não	28,57	42,86	Sim	13,1262	-1,49	46,6	Não	PWC	Não	Não	Serviços Financeiros
The Navi	Não	0	0	Sim	14,7072	17,54	51,42	Não	PWC	Não	Não	Materiais Básicos
The Navi	Sim	0	0	Sim	14,757	18,98	53,72	Sim	KPMG	Não	Não	Materiais Básicos

Determinantes da divulgação da RSC das Empresas Ibéricas no período de 2017 a 2018

Anexo 5 – Dados recolhidos das variáveis explicativas para empresas espanholas

Empresa 2017-2018	ALTB	PERCTW	BI	MS	SIZE	ROE	LEV	ROT	AUDCOMP	NFIPREP	INTEGREP	SECTOR
Acciona	Sim	27,27	63,64	Não	16,6574	5,85	76,89	Sim	KPMG	Sim	Não	Indústrias
Acciona	Sim	27,27	45,45	Não	16,5194	9,97	76,6	Não	KPMG	Sim	Não	Indústrias
Acerinox	Sim	26,67	53,33	Não	15,298	12,34	55,26	Sim	PWC	Sim	Não	Indústrias
Acerinox	Sim	20	53,33	Não	15,3432	11,49	54	Não	PWC	Sim	Não	Indústrias
ACS	Sim	16,67	27,78	Não	17,2604	21,43	83,52	Não	Deloitte	Não	Sim	Indústrias
ACS	Não	16,67	27,78	Não	17,3505	20,85	82,34	Não	Deloitte	Sim	Sim	Indústrias
AENA	Sim	20	40	Sim	16,5438	21,66	62,84	Sim	KPMG	Não	Não	Serviços ao consumidor
AENA	Sim	26,67	40	Sim	16,5168	22,04	59,57	Não	KPMG	Não	Não	Serviços ao consumidor
Amadeus	Sim	18,18	63,64	Não	15,8792	38,15	66,4	Não	Deloitte	Não	Não	Serviços ao consumidor
Amadeus	Sim	18,18	72,73	Não	16,131	31,56	68,49	Não	Deloitte	Não	Não	Serviços ao consumidor
Arcelorm	Sim	33,33	55,56	Não	18,0799	11,78	52,1	Não	Deloitte	Não	Não	Indústrias
Arcelorm	Não	33,33	55,56	Não	18,1937	12,23	51,66	Não	Deloitte	Não	Não	Indústrias
Bankia	Sim	16,67	70	Sim	19,1812	3,82	93,64	Não	EY	Sim	Não	Serviços Financeiros
Bankia	Sim	10	66,67	Sim	19,1396	5,4	93,57	Não	EY	Sim	Não	Serviços Financeiros
Bankinte	Sim	30	50	Não	18,0829	11,37	93,89	Não	PWC	Sim	Sim	Serviços Financeiros
Bankinte	Não	30	50	Não	18,1528	11,73	94,14	Não	PWC	Sim	Sim	Serviços Financeiros
BBVA	Sim	23,08	46,15	Não	20,3523	6,6	92,27	Sim	KPMG	Não	Não	Serviços Financeiros
BBVA	Sim	26,67	53,33	Não	20,3327	10,07	92,19	Não	KPMG	Sim	Não	Serviços Financeiros
Caixaban	Sim	27,78	50	Não	19,764	6,95	93,56	Não	Deloitte	Sim	Não	Serviços Financeiros
Caixaban	Não	27,78	50	Não	19,773	8,26	93,78	Sim	PWC	Sim	Sim	Serviços Financeiros
Cellnex	Sim	10	50	Não	15,2157	6,55	84,1	Não	Deloitte	Sim	Sim	Telecomunicações
Cellnex	Sim	33,33	58,33	Não	15,4512	-3,14	88,01	Não	Deloitte	Sim	Sim	Telecomunicações
Colonial	Sim	10	40	Não	16,1676	19	45,95	Sim	PWC	Não	Sim	Serviços Financeiros
Colonial	Sim	9,09	36,36	Não	16,2568	10,91	46,88	Não	PWC	Não	Sim	Serviços Financeiros
Enagas	Sim	23,08	53,85	Não	16,0744	19,08	69,27	Não	EY	Não	Sim	Petróleo e Gás
Enagas	Sim	23,08	53,85	Não	16,0696	16,61	68,09	Não	EY	Não	Sim	Petróleo e Gás
Endesa	Sim	18,18	45,45	Sim	17,2507	16,08	70,25	Não	EY	Sim	Não	Utilidades
Endesa	Não	18,18	45,45	Sim	17,2704	15,68	71	Não	EY	Sim	Não	Utilidades
Ferrovial	Sim	16,67	41,67	Não	16,9506	8,25	68,37	Não	Deloitte	Não	Sim	Indústrias
Ferrovial	Sim	16,67	50	Não	16,9428	-9,89	71,05	Não	Deloitte	Não	Sim	Indústrias
Grifols	Não	30,77	53,85	Não	16,2061	18,26	66,72	Não	KPMG	Sim	Não	Saúde
Grifols	Não	30,77	53,85	Não	16,3394	14,12	62,36	Não	KPMG	Sim	Não	Saúde
IAG	Sim	18,18	72,73	Não	17,1199	30,02	74,54	Não	EY	Não	Não	Serviços ao consumidor
IAG	Sim	33,33	66,67	Não	17,1489	42,97	76,03	Não	EY	Sim	Não	Serviços ao consumidor
Iberdrol	Sim	35,71	71,43	Não	18,5222	7,9	61,35	Sim	KPMG	Sim	Não	Utilidades
Iberdrol	Sim	35,71	64,29	Não	18,5432	8,24	60,94	Não	KPMG	Sim	Não	Utilidades
Indra	Sim	23,08	53,85	Não	15,1679	20,1	83,22	Não	Deloitte	Não	Não	Tecnologias
Indra	Sim	23,08	53,85	Não	15,2121	18,23	83,23	Não	Deloitte	Não	Não	Tecnologias
Mapfre	Sim	26,67	40	Sim	18,0287	8,13	84,44	Não	KPMG	Não	Sim	Serviços Financeiros
Mapfre	Sim	26,67	40	Sim	18,0245	6,62	86,33	Não	KPMG	Não	Sim	Serviços Financeiros
Mediaset	Sim	23,08	30,77	Sim	14,0266	21,94	27,12	Sim	Deloitte	Sim	Não	Serviços ao consumidor
Mediaset	Sim	30,77	30,77	Sim	13,9946	22,14	24,36	Não	Deloitte	Não	Não	Serviços ao consumidor
Melia	Não	18,18	45,45	Sim	14,9851	8,6	52,72	Não	PWC	Não	Sim	Serviços ao consumidor
Melia	Não	18,18	45,45	Sim	15,0612	10,5	60,17	Não	PWC	Sim	Sim	Serviços ao consumidor
Merlin	Sim	33,33	66,67	Não	16,3008	19,25	52,32	Não	Deloitte	Não	Não	Serviços Financeiros
Merlin	Sim	33,33	66,67	Não	16,347	13,35	49,08	Não	Deloitte	Não	Não	Serviços Financeiros
Naturgy	Não	17,65	35,29	Não	17,6725	9,23	61,32	Não	PWC	Não	Sim	Petróleo e Gás
Naturgy	Sim	8,33	41,67	Não	17,52	-25,78	64,08	Sim	EY	Sim	Sim	Petróleo e Gás
Red elec	Sim	33,33	58,33	Não	16,2059	21,65	71,67	Não	KPMG	Sim	Não	Utilidades
Red elec	Sim	41,67	58,33	Não	16,237	20,97	70,15	Não	KPMG	Sim	Não	Utilidades
Repsol	Sim	12,5	50	Não	17,9075	7,02	49,78	Não	Deloitte	Não	Sim	Petróleo e Gás
Repsol	Sim	20	53,33	Não	17,9227	7,68	49,14	Sim	PWC	Sim	Sim	Petróleo e Gás
Sabadell	Sim	13,33	66,67	Não	19,2152	6,09	94,03	Não	PWC	Não	Não	Serviços Financeiros
Sabadell	Sim	20	66,67	Não	19,2196	2,72	94,55	Não	PWC	Sim	Não	Serviços Financeiros
Santander	Sim	35,71	57,14	Não	21,0909	7,15	92,6	Não	PWC	Sim	Não	Serviços Financeiros
Santander	Não	33,33	60	Não	21,1012	8,21	92,64	Não	PWC	Sim	Não	Serviços Financeiros
Tecnicas	Não	7,69	61,54	Não	15,1728	8,88	88,08	Sim		Sim	Sim	Indústrias
Tecnicas	Sim	7,14	42,86	Sim	15,1305	3,47	90,37	Não		Sim	Sim	Indústrias
Telefoni	Sim	18,75	56,25	Não	18,561	18,51	76,87	Sim	PWC	Sim	Sim	Telecomunicações
Telefoni	Sim	17,65	52,94	Não	18,5521	18,56	76,34	Não	PWC	Sim	Sim	Telecomunicações
Viscofan	Não	10	40	Não	13,7755	16,78	24,26	Não	PWC	Sim	Sim	Bens de Consumo
Viscofan	Sim	20	40	Não	13,8487	16,35	26,71	Não	PWC	Sim	Não	Bens de Consumo

Anexo 6 – Análises adicionais Estatísticas de Grupo de países

Variável	País	N	Média	Desvio Padrão	Erro Padrão de média
IDIRSC	Portugal	32	87,848	14,829	2,621
	Espanha	62	94,444	8,595	1,092
ALTB	Portugal	32	0,438	0,504	0,089
	Espanha	62	0,790	0,410	0,052
PERCTW	Portugal	32	18,339	11,735	2,074
	Espanha	62	22,781	8,464	1,075
BI	Portugal	32	27,446	22,622	3,999
	Espanha	62	51,730	11,325	1,438
MS	Portugal	32	0,563	0,504	0,089
	Espanha	62	0,210	0,410	0,052
SIZE	Portugal	32	15,250	1,426	0,252
	Espanha	62	17,070	1,761	0,224
ROE	Portugal	32	12,340	8,031	1,420
	Espanha	62	12,912	10,165	1,291
LEV	Portugal	32	65,184	14,507	2,564
	Espanha	62	70,116	18,941	2,405
ROT	Portugal	32	0,344	0,483	0,085
	Espanha	62	0,194	0,398	0,051
INTEGREP	Portugal	32	0,094	0,296	0,052
	Espanha	62	0,419	0,497	0,063

Anexo 7 – Análises adicionais Estatísticas de Grupo – Relato Integrado

Variável	Relato Integrado	N	Média	Desvio Padrão	Erro Padrão de média
IDIRSC	Não	65	90,256	12,539	1,555
	Sim	29	96,551	7,030	1,305
ALTB	Não	65	0,677	0,471	0,058
	Sim	29	0,655	0,484	0,090
PERCTW	Não	65	22,530	10,534	1,307
	Sim	29	18,441	7,604	1,412
BI	Não	65	42,840	22,834	2,832
	Sim	29	44,858	9,786	1,817
MS	Não	65	0,400	0,494	0,061
	Sim	29	0,172	0,384	0,071
SIZE	Não	65	16,327	2,016	0,250
	Sim	29	16,728	1,451	0,269
ROE	Não	65	14,045	9,084	1,127
	Sim	29	9,741	9,741	1,809
LEV	Não	65	67,442	17,310	2,147
	Sim	29	70,668	18,455	3,427
ROT	Não	65	0,262	0,443	0,055
	Sim	29	0,207	0,412	0,077